



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Macapá / 2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011, e Portaria CGU nº 2.546/2010.

MACAPÁ/2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, seguiu as diretrizes legais para a elaboração do relatório de gestão do exercício de 2011, as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de Outubro de 2011, Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de Novembro de 2010, Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010 e Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão.

Os Planos Internos – PI's e, as respectivas ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho internos e de acordo com as informações registradas no PPA através de seus programas enumerados, sempre objetivando os indicadores de desempenho da eficiência – eficácia e efetividade.

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** é um Órgão do Poder Executivo do Brasil, com a competência de formular e programar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

SUMÁRIO:	PÁG
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	07
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	08
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	10
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA U.J – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	11
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	11
- PERSPECTIVA DE AÇÕES INTERNAS E DE PESSOAS DA SFA/AP	12
2.3. PROGRAMA DE GOVERNO SOBRE A RESPONSABILIDADE DA U.J.	13
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – 750	13
- QUADRO A2.1 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – 0357	13
- ÍNDICE DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE DA AÇÃO 8572	14
- AÇÃO 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL	19
- PROGRAMA DE SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – 0356	21
- AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	21
- DEMONSTRATIVO, INSPENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL-AÇÃO 8938	21
- ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO – PI ISPMANIMAL 3	22
- PROGRAMA DE QUALIDADE DE INSUMO E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS – 0375	23
- AÇÃO 2019 – FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL NACIONAL	23
- AÇÃO 2124 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL	24
- ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO DO PI FISCINAM	24
- AÇÃO 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO	25
- ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO DO PI FISPROVET	26
- QUADRO A2.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA U.J.	27
- PROGRAMA SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA – 0357	29
- AÇÃO DA ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA - ERRADMOSCA – 4738	29
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – 0357	29
- DADOS GERAIS DA AÇÃO: ERRADMOSCA – 4738	30
- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – ERRADMOSCA – 4738	31
- PLANO DE TRABALHO – ERRADMOSCA – 4738	33
- INFRAESTRUTURA DO PLANO PARA 2011 – ERRADMOSCA – 4738	34
- ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DEFINIÇÕES DE RESPONSABILIDADE	35
- PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	36
- QUADRO I – META FÍSICA – ERRADMOSCA – AÇÃO 4738	37
- QUADRO II – DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – ERRADMOSCA – AÇÃO 4738	37
- QUADRO III – MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS – ERRADMOSCA – AÇÃO 4738	38
- QUADRO IV – RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DE COMBATE A MOSCA DA CARAMBOLA	39
- QUADRO V – RESULTADOS APLICADOS POR ELEMENTOS DE DESPESA – PI ERRADMOSCA	40
- QUADRO VI – COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS DE 2010 E 2011	41
- ANÁLISE DO DESEMPENHO – ERRADMOSCA – AÇÃO 4738	42
- INDICADOR DO DESEMPENHO - ERRADMOSCA – AÇÃO 4738	43
- PROGRAMA DE SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – 0356	46
- AÇÃO 4746 - DEMONSTRATIVO, PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPENÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	46
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – AÇÃO 4746	47
- PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS PI - PADCLASSIF	48

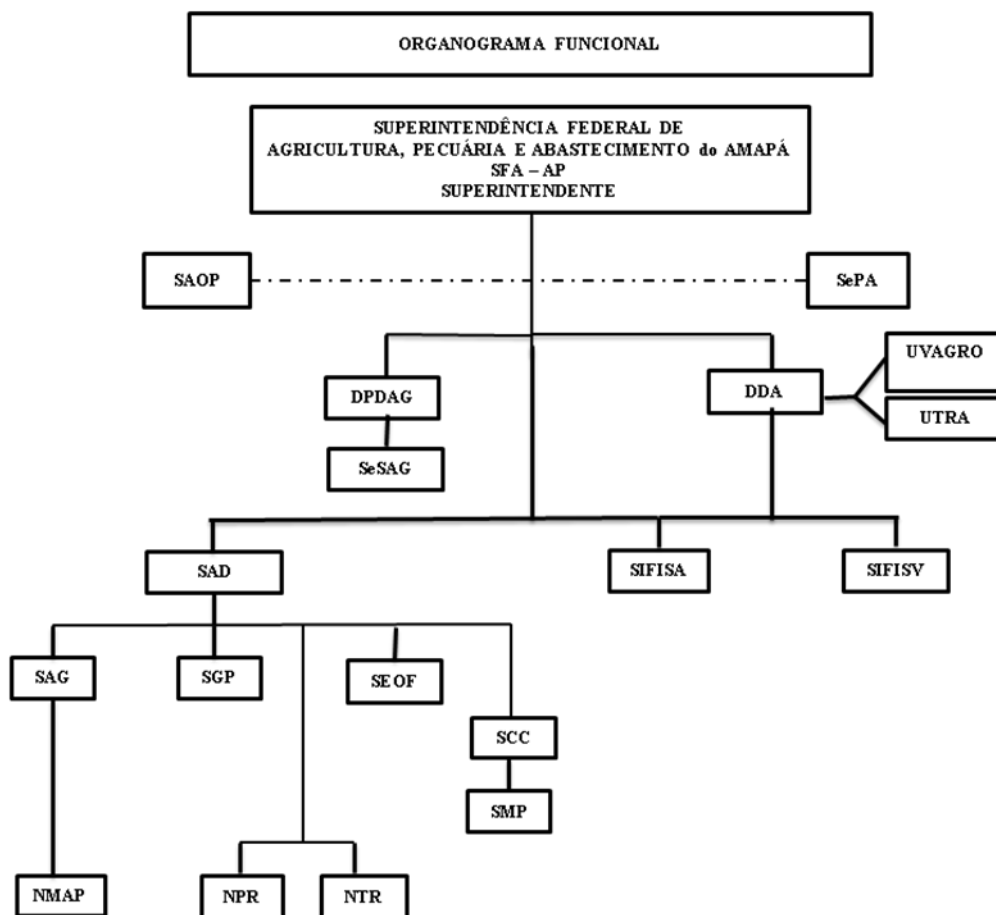
- DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO PI – PADCLASSIF – AÇÃO 4746	48
- DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI – PADCLASSIF	49
- DESEMPENHO FÍSICO DO PI – PADCLASSIF	49
- PROGRAMA SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS – IPVEGETAL 2 – AÇÃO 8939	51
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – AÇÃO 8939	52
- DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO PI – VEGETAL 2 – AÇÃO 8939	53
- DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI – IPVEGETAL 2	54
- ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO DO PI VEGETAL 2	55
- AÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM1 – AÇÃO 2179	56
- QUADRO A2.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO – AÇÃO 2179	57
- DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO PI – FISCALSEM1 – AÇÃO 2179	59
- DESEMPENHO OPERACIONAL – PROGRAMAÇÃO FÍSICA – PI FISCALSEM1	59
- DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	60
- PRINCIPAIS INDICADORES DO DESEMPENHO OPERACIONAL – FISCALSEM1	61
2.4. PROGRAMAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	63
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	63
- QUADRO A.2.3. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	63
2.4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	63
- QUADRO A.2.4. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	63
- QUADRO A.2.5. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	64
- QUADRO A.2.6. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	64
2.4.3.2. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	65
- QUADRO A.2.7. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	65
2.4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	67
- QUADRO A.2.8. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	67
- QUADRO A.2.9. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	67
- QUADRO A.2.10. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESAS DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	68
2.4.4.3. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	68
- QUADRO A.2.11. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	68
2.4.5. DESPESAS CORRENTE POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	68
- QUADRO A.2.12. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	69
2.4.6. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS	70
- QUADRO A.2.13. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	70
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	71
3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	71
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	72
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72
- QUADRO A.4.1. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO ANTERIOR	72
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	72
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	72
- QUADRO A.5.1. FORÇA DE TRABALHO DA U.J.	72
- QUADRO A.5.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA U.J.	73
- QUADRO A.5.3. DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA U.J.	74
- QUADRO A.5.4. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA U.J. POR FAIXA ETÁRIA	74
- QUADRO A.5.5. QUANTIDADE DE SERVIDORES DA U.J. POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	75

5.2.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	75
-	QUADRO A.5.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS	75
-	QUADRO A.5.7. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO	76
5.3.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	76
-	QUADRO A.5.8. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIARIOS	76
-	QUADRO A.5.9. QUADRO DE CUSTO DE PESSOAL DOS EXERCÍCIOS	77
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	80
6.1.	INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	80
-	QUADRO A.6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	80
-	QUADRO A.6.2. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA U.J. NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	81
-	QUADRO A.6.3. RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	81
6.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	82
-	QUADRO A.6.4. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA U.J. DA MODALIDADE DE CONVÊNIO E CONTRATO DE REPASSE	82
-	QUADRO A.6.5. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	83
6.3.	ANÁLISE CRÍTICA	84
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	87
-	QUADRO A.7.1. DECLARAÇÃO DE ISEÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV	87
-	DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS ATUALIZADOS NO SIASG	88
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	89
-	QUADRO A.8.1. DEMOSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA U.J. DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	89
8.2.	ANÁLISE CRÍTICA	89
-	DECLARAÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS	90
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	91
9.1.	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA U.J.	91
-	QUADRO A.9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA U.J.	91
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	92
10.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	92
-	QUADRO A.10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	92
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	94
11.1.	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPACIAL	94
-	QUADRO A.11.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO	94
11.2.	ANÁLISE CRÍTICA	95
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	96
12.1.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	96
-	QUADRO A.12.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA U.J.	96
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	97
13.1.	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	97
-	QUADRO A.13.1. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	97
13.1.2	UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE	97
-	QUADRO A.13.2. DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	97
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN T.C.U. Nº 108 DE 24/11/2010	98
17.1.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO CONFORMIDADE CONTÁBIL	98
-	ANEXOS	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU - Controladoria Geral da União
COMPRASNET – Portal de Compras do Governo Federal
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
IN - Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO - International Standards Organization
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PI - Programa intra-setorial do MAPA
PPA - Plano Plurianual do Governo
RG – Relatório de gestão
RT – Responsável Técnico
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
SFA/AP – Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
SGP – Seção de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN - Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária
SSC - Seção de Compras e Contratos
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da informação
UG - Unidade Gestora

Macapá-Amapá



Fonte:
SePA/SFA/AP

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Regimento interno das SFAs/ MAPA, PORTARIA N° 428/2010.

Superintendente - **GAB** (DAS. 3)

. Seção de Planejamento e Acompanhamento – **SePA** (FG. 1)

. Seção de Apoio Operacional e Divulgação – **SAOD** (FG. 1)

Divisão de Defesa Agropecuária – **DDA** (DAS. 2)

. Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - **SIFISA** (DAS. 1)

. Serviço de Sanidade, Inspeção e Sanidade Vegetal – **SIFISV** (DAS. 1)

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - **DPDAG** (DAS. 2)

. Seção de Suporte Agropecuária – **SeSAG** (FG. 1)

. Unidade de Vigilância Agropecuária de Oiapoque - **UVAGRO** (FG 1)

. Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Laranjal do Jarí –

UTRA (FG. 1)

Serviço de Apoio Administrativo – **SAD** (DAS. 1)

. Seção de Atividades Gerais - **SAG** (FG 1)

. Núcleo de Manutenção Predial – **NMAP** (FG. 3)

. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - **SEOF** (FG. 1)

. Seção de Gestão de Pessoas - **SGP** (FG. 1)

. Setor de Compras e Contratos – **SCC** (FG. 2)

. Setor de Material e Patrimônio – **SMP** (FG. 2)

. Núcleo de Protocolo - **NPR** (FG. 3)

. Núcleo de Transportes - **NTR** (FG. 3)

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá			
Denominação abreviada: SFA/AP			
Código SIORG: 02799	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130100
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(096) 3223-3075	(096) 3223-3071	(096) 3223-3071/Fax
Endereço Eletrônico: gab-ap@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tiradentes, Cep: 68906-380, Macapá – AP.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Criada pela Lei Delegada n° 09, de 11 de outubro de 1962 e, tendo suas competências legais definidas em PORTARIA N° 428, de 09 de junho de 2010/ MAPA, a qual Aprova o Regimento Interno das SFA's nos Estados, unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instrução Normativas, Decretos, etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instrução de serviço, Ofícios, circulares, Manuais diversos, etc.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS (Parte A, Item 2, do Anexo II da DN nº 108, de 24/11/2010)

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:

I. Competência Institucional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010 e dentro da competência e atribuições legais na Área Administrativa e Área Técnica na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações, prestarem em âmbito Estadual os serviços de Defesa Agropecuária e Desenvolvimento Rural, através do fomento, fiscalização, classificação, produção, comercialização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo assim a qualidade e a segurança alimentar aos consumidores objetivando a visão de futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade”.

II. Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2008/2011 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PI's). Têm como finalidade a execução de serviços de defesa, inspeção, fiscalização e fomento, além da elaboração e celebração de convênios com o Governo do Estado, Prefeituras, Cooperativas agropecuárias, dentre outros, com a finalidade de executar projetos de infra-estrutura rural e desenvolvimento agropecuário, também tem por objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, certamente garantir a segurança dos alimentos e manter custos competitivos.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos há as ações do núcleo de educação sanitária, a qual realizou ações de orientações, prevenções e conscientização aos produtores e consumidores competitivos em vários municípios do Estado, também foram promovidas campanhas educativas em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como: aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como participação em eventos, tais como, as Expos-feira Agropecuária do Estado.

Na execução dessas ações, que se inserem nos programas de defesa agropecuária, da política agrícola e da promoção do desenvolvimento agropecuário, espera-se que os resultados neste exercício contribuam para que não ocorram impactos econômicos e sociais adversos, causados pelo não cumprimento da produção e da produtividade agropecuária.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Superintendência em conformidade com o Regimento Interno aprovado pela Portaria MAPA de nº 428/2010, publicada em 14/06/2010, executa as ações voltadas para as atividades de: Defesa Agropecuária, Fiscalização Agropecuária, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vigilância Agropecuária e Política de Desenvolvimento e fomento do Setor Agropecuário. Para atender as demandas da sociedade, vários são os aspectos tratados internamente que, embora não esteja ligado a ações de governo que cabe à SFA/AP executar, seu acompanhamento, faz parte da rotina interna. Nesta linha citamos também o Programa de Apoio Administrativo que tem o fundamento de apoio a todos os programas e ações implementadas pela área fim (técnica), bem como, o cuidado com os serviços administrativos de recursos humanos: proventos, auxílios e benefícios a servidores ativos, aposentados, pensionistas e demais atividades técnico-administrativo.

Alinhado ao plano estratégico desenhado pelo MAPA, a SFA/AP direcionou esforços no sentido de atender, dentro da perspectiva de processos internos e de pessoas, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Perspectiva de ações internas e de pessoas da SFA/AP

Objetivos/Prioridades	Decisão/Iniciativa	Avaliação/Resultados
Excelência Administrativa	Fortalecer o processo De Gestão da SFA	. Desdobramento do Planejamento Estratégico do MAPA e acompanhamento dos resultados institucionais. . Fortalecimento do aprendizado contínuo a partir Relatório de Auditoria e do acompanhamento do Plano de Providências.
	Otimizar a execução orçamentária e financeira	. Redução de consumo. . Melhoria do índice de aplicação dos recursos
	Melhorar a infra estrutura	. Ampliação do número de computadores; . Ampliação da rede elétrica para suportar o número de computadores a ser instalados; . Promover os procedimentos licitatórios para a reforma do prédio da SFA/AP.
Ambiente De trabalho	Valorizar e integrar a força de trabalho	. Promoção de capacitação em todos níveis; . Manutenção/ampliação da coleta seletiva solidária
	Desenvolver a Comunicação interna	. Divulgação interna e externa das ações da SFA/AP.

Com relação às ações ligadas diretamente ao PPA, a Superintendência, a sua atuação tem como base o Plano Operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras sempre alinhadas aos objetivos específicos de cada programa do PPA, e os indicadores padrões utilizados pelo MAPA, tais como, eficácia, eficiência e efetividade, que servem para medir o desempenho de cada ação, meta ou programa.

A Superintendência Federal da Agricultura no Amapá – SFA/AP operacionalizou os seguintes Programas no exercício de 2011:

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo- 0750

QUADRO A.2.1 – PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0750					
Denominação	Programa de Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	Administrativo					
Objetivo Geral	Promover os Órgãos da União dos meios Administrativos para implantação e Gestão de seus programas Finalísticos.					
Objetivos Específicos	Operação dos Serviços Administrativos					
Gerente	Benedito Goulart dos Santos					
Público Alvo	Governo Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
692.669,28	691.233,21	691.233,21	614.877,73	76.355,48	574.091,26	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	PORCENTAGEM	31/12/2011	100%	99,8%	100%	99,8%
	“	31/12/2011	100%	89%	100%	89%
	“	31/12/2011	100%	93%	100%	93%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Dotação final/dotação inicial X 100 + DESPESAS LIQUIDADAS/DESPESAS EMPENHADAS X 100 E VALORES PAGOS/DESPESAS LIQUIDADAS X 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
As despesas provisionadas foram atendidas e gastas durante o exercício, quase em sua totalidade, exceto despesas do mês de dezembro emitidas após o encerramento do exercício, tais como: Correios e telégrafos; imprensa nacional; combustível; vigilância e revisão de ar condicionado, cujo serviço foi concluído em janeiro de 2012.						
Fonte: SISTEMA SIAFI E SIAFI GERENCIAL						

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA:	0357
Denominação	Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a Segurança Alimentar
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.

Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim					
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Código da Ação no PPA: 4842		Denominação: Erradicação da Febre Aftosa				
Gerente: Plínio Leite Lopes		Responsável: Adriano Benicio Valadares				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 296.072,51	R\$ 296.072,51	R\$ 152.617,16	R\$ 152.617,16	R\$ 7.781,35	R\$ 152.617,16	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Km²)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de área livre com vacinação.	31/12/2007	1.350.461,710 Km²	8.419.530,420Km²	142.815 Km²	142.815 Km²
Fórmula de Cálculo do Índice						
Área do território nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE.						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da **Ação 8572**. Usamos o INDICADOR ÁREA DECLARADA LIVRE DE AFTOSA COM VACINAÇÃO apresentado no SIPLAN.

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2011, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$CUR_{2011} = CR_{2011} : QR_{2011}$$

$$CUR_{2011} = 152.617,16 : 142.815 km^2 = \mathbf{R\$ 1,10 / km^2}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais é custo total programado da ação CP/ (quantidade programada (QP) da meta física).

$$CUP_{2011} = CP_{2011} : QP_{2011}$$

$$CUP_{2011} = 160.498,51 : 142.815 km^2 = \mathbf{R\$ 1,12 / km^2}$$

Varição % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2011:

$$V(\%) = [(CUR_{2011} : CUP_{2011}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(1,10 : 1,12) - 1] \cdot 100 = \mathbf{-1,79\%}$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2011, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2011 = QR\ 2011 - QP\ 2011$$

$$VA\ 2011 = 142.815\ km^2 - 142.815\ km^2 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em percentagem:

$$VR2010 = [(QR2010: QP2010)].\ 100$$

$$\% = (QR2010: QP2010).\ 100$$

$$\% = (142.815\ km^2: 142.815).\ 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

$$\frac{\text{Número de propriedades livres das doenças} \times 100}{\text{Total de propriedades com rebanho no Estado}}$$

Total de propriedades com rebanho no Estado

Tomamos como Indicador para análise dos resultados alcançados a Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação, embora o Estado do Amapá ainda não se encaixar nessa classificação, sendo atualmente Alto Risco para Febre Aftosa. Por outro lado não se tem ocorrência oficial da doença a mais de 12 anos, o se crê que o Programa esta sendo Efetivo no estado, mesmo o MAPA ainda não ter reconhecido o Estado do Amapá como Zona Livre de Febre Aftosa. Este SIFISA/AP não trabalha com dotação orçamentária inicial, os recursos orçamentários são descentralizados a SFA/AP pelo DSA/SDA mensalmente de acordo com a demanda do setor. Segundo informações do SIAF foram descentralizados a SFA/AP, **R\$160.498,51**. Ainda o SEOF/SFA-AP informou que foram também descentralizados, os valores de **R\$135.574,00** com destino à celebração do Convenio Animal MAPA/SFA-GEA/DIAGRO, onde tais recursos não foram aplicados, sendo devolvidos. A principal causa da não celebração do Convenio foi à inadimplência do Governo do Estado. As Ações do Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Amapá são descentralizadas e executadas pela Agencia de Defesa Agropecuária no Estado do Amapá – DIAGRO/AP, através da Lei Estadual nº 0869/2004. Segundos os registros da DIAGRO, o ultimo caso de febre aftosa tem os seus registros em 1997, atualmente a Instrução Normativa nº 25 de 06.10.2010 classificou a situação para **febre aftosa** no Estado do Amapá em **nível de alto risco (BR-4)**, segundo a Portaria nº 04 de 21 de janeiro de 2000 define os critérios técnicos avaliativos para mudança de classificação de risco. Segundo o Decreto nº 5741, de 30 de março de 2006, as ações desenvolvidas pala SFA/AP, como Instancia Central e Superior é de natureza política, estratégica, normativa, se focam na supervisão das ações executadas pela DIAGRO/AP. Este ano por decisão central do Departamento de Saúde Animal – DSA da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a **II etapa de Vacinação contra febre aftosa foi realizada sob a responsabilidade direta do Proprietário**, não havendo a intervenção do Serviço Oficial como nos anos de 2009 e 2010, períodos em que foram realizadas as Operações Agulhas Oficiais. As atividades que este SIFISA/AP desenvolveu com aplicação de recursos descentralizados pelo DSA/SDA foram ao sentido de apoiar ações de fomento a II Etapa de Vacinação contra febre aftosa ocorrida em novembro e dezembro de 2011. Neste ano a SFA/AP, DIAGRO, Secretaria de Desenvolvimento Rural e o Serviço de Extensão Rural – RURAP, visando promover o incremento da vacinação contra febre aftosa pelos produtores compactuaram entre si através de um Termo de Cooperação Técnica - TCT com objetivo de legalizar ações em conjunto de

divulgação ampla em todo o Estado do Amapá; ficou estabelecido que os Órgãos oficiais de Defesa Animal trabalhassem na Educação Sanitária antes e durante e após a II etapa de vacinação contra febre aftosa. Desta forma, a SFA/AP financiaria os recursos, que foram aplicados em pagamento de diárias, categoria econômica, código 3390.14 e 3390.36, aquisição de combustíveis e apoio logístico, principalmente na disponibilização de viaturas. Foram realizados 18 Cursos de vacinadores comunitários por instrutores da DIAGRO e RURAP em todos os municípios, tendo uma abrangência de mais de 600 treinados, onde receberam orientações e praticas sobre manejo de pistolas de vacinação, manuseio e conservação de vacinas, aulas praticas de vacinação; também foram multiplicadores das informações da obrigatoriedade da vacinação em todo o Estado do Amapá; tendo total apoio logístico da SFA/AP. Nessas atividades de Educação Sanitária foram gastos: **R\$ 34.497,55** no pagamento de diárias (3390.14); **R\$ 33.646,90** e para os colaboradores eventuais (3390.36); **R\$ 14.750,95** na aquisição de combustível e outros materiais; **R\$ 26.097,76** para pagamento de conserto de veículos e divulgação na mídia radiofônica, antes das ações, durante e após a II Etapa de Vacinação (**R\$ 8.000,00**); **R\$ 43.624,00** em pagamento de passagens aéreas e despesas com locomoção, gastos esses com reuniões técnicas realizadas em Brasília e também o **febre aftosa** financiou o deslocamento de técnicos para Reunião Técnica fora do Estado do Amapá. Foram realizados também ações de esclarecimentos da população (blitz educativa) sobre o transito de animais vivos entre Pará e Amapá.

Os resultados da II Etapa de vacinação conta febre aftosa em 2011 são expressos na **Tabela 01**. Podemos observar um índice de cobertura vacinal de 88%, considerado satisfatório em relação a todos os índices de 2007 a 2009 **Tabela 02** onde a vacinação foi realizada diretamente pelos proprietários. O índice anteriormente citado foi atingido graças principalmente, as duas (02) **Operações Agulhas Oficiais realizadas em 2009 e 2010**, ambas atingiram respectivamente 85% e 92% (Tabela 03). Tais operações atingiram diretamente os produtores, com o serviço oficial vacinando diretamente na propriedade, além das ações de cadastramento, georreferenciamento e coleta de amostras. Também foram descentralizados a SFA/AP pelo Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM) que tem por finalidade aprofundar o processo de integração regional no Cone Sul, por meio da redução das assimetrias, do incentivo à competitividade e do estímulo à coesão social entre os países-membros do bloco, o valor de **R\$ 750.000,00** onde foram adquiridas 10 camionetas 4x4, as quais serão cedidas as Unidades Veterinárias Locais da DIAGRO/AP em 2012. Cabe a DIAGRO/AP dar continuidade nas ações pós-campanha rastreando os inadimplentes e aplicando as sanções penais cabíveis. Em 2012 a DIAGRO/AP pretende celebrar convênio animal com a SFA/AP, com a finalidade de estruturação desde que atendidas todas as recomendações legais. De modo geral as atividades da **Ação 4842** foram eficientes e efetivas, pois todo o recurso descentralizado foi aplicado objetivamente. Tanto que o índice vacinal este ano aproximou-se dos 88%, considerado satisfatório, já que quem realizou a vacinação contra febre aftosa este ano foram os próprios proprietários.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Codigo da Ação no PPA: 8572		Denominação: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças de Animais.			
Gerente: Orasil Romeu Bandini		Responsável: Renato da Rocha Portal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 568.656,33	R\$ 568.656,33	R\$ 22.301,54	R\$ 22.301,54	R\$ 526,98	R\$ 22.301,54
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
1	Propriedade Atendida	-	-	-	3.640

Fórmula de Cálculo do Índice:

$$(N^{\circ} \text{ de propriedades atendidas} / N^{\circ} \text{ de propriedades total}) \times 100$$
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina
 Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país.
 Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país.
 Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país.
 Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados.

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Análise do Resultado Alcançado

Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 8572. Usamos o **INDICADOR : PROPRIEDADE ATENDIDADE** apresentado no SIPLAN.

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2011, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$CUR_{2011} = CR_{2011} : QR_{2011}$$

$$CUR_{2010} = 22.301,54 : 3.640 = R\$6,10$$

(Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais é custo total programado da ação CP) / (quantidade programada (QP) da meta física).

$$CUP_{2010} = CP_{2011} : QP_{2011}$$

$$CUP_{2010} = 22.828,54 : 4.626 = R\$4,93$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008:

$$V(\%) = [(CUR_{2011} : CUP_{2011}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(6,10 : 4,93) - 1] \cdot 100 = 23,73\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2011, em Quantidade da Meta Física.

$VA_{2011} = QR_{2011} - QP_{2011}$

$VA_{2011} = 3640 - 4626 = - 986$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$VR_{2008} = [(QR_{2008} : QP_{2008})] \cdot 100$

$\% = (QR_{2008} : QP_{2008}) \cdot 100$

$\% = (3640 : 4626) \cdot 100 = 78,69\%$

C) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

Número de propriedades livres das doenças x 100

Total de propriedades com rebanho no Estado

Segundo informações do SIAF, foi descentralizado para a SFA/AP o valor de R\$ 22.828,54, e empenhados R\$ 22.301,54 onde tais valores foram gastos principalmente em passagens aéreas (R\$ 12.144,00), diárias 3390-14 (R\$3.736,22) e diárias 3390-36 (R\$1.422,50) na participação na aula presencial do Curso de Pós Graduação em Lavras-MG em Sanidade Animal, de 01 Veterinário do SIFISA/AP e 02 Veterinários da DIAGRO/AP, patrocinados pelo Departamento de Saude animal – DSA, como parte da política de educação continuada. Também foram adquiridos combustíveis e outros materiais de consumo no valor de R\$2.998,84 e serviço de terceiro de pessoa jurídica, oficina, no valor de R\$2.000,00. Ainda, segundo informações do SEOF/SFA-AP foi descentralizado o valor orçamentário de R\$ 545.827,79 para celebração do Convenio Animal MAPA/SFA/AP – GEA/DIAGRO. O plano de trabalho do referido convenio foi inserido no SICONV e aprovado, mas devido à inadimplência do Governo do Estado apontada pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) o convênio animal não foi aprovado, sendo os recursos devolvidos ao tesouro nacional, portanto tal valor não será levado em conta nos cálculos de eficiência. As atividades da ação de **Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças de Animais** são descentralizadas e executadas pela DIAGRO/AP. No SIPLAN, foi programado a nível central o produto "propriedade atendida" no valor de 5.000 propriedades. Foi previsto corrigido 4.626 propriedades (92,52%) e realizado 3.649 propriedades (78,98%). Tais valores são baseados em atendimentos que a DIAGRO/AP realiza (emissão de GTA, atendimento a suspeitas de doenças de notificação obrigatória, cadastramento/atualização de propriedades, fiscalização de transito, etc.). No mês de outubro, devido à aglomeração de animais no evento da Expo-Feira no Estado do Amapá; houve um incremento no produto “propriedades atendidas” principalmente nas fiscalizações das propriedades que enviaram animais ao evento. Ainda não se pode calcular o numero de **Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina**, pois no Estado do Amapá não existem propriedades com tais certificados. O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi implantado através da

Instrução Normativa nº06 de 08 de janeiro de 2004, que dentre os principais objetivos, visa baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose e certificação de propriedades. Essas ações ainda não foram implementadas pela DIAGRO/AP que precisa normatizar essas ações baseada na legislação federal, estabelecendo dentre outras atividades, a vacinação obrigatória de fêmeas bovinas e bubalinas de 03 08 meses contra brucelose. A SFA/AP mantém 03 médicos veterinários habilitados a fazerem exames de brucelose e tuberculose, que realizam esporadicamente de acordo com a demanda dos proprietários. Basicamente esses exames são feitos quando da aglomeração de animais nas expos feiras de Macapá, Amapá e Laranjal do Jarí. Em 2012 há previsão de instalação de uma fabrica de laticínios no distrito industrial de Macapá o que exigirá que a DIAGRO/AP estabeleça a certificação de livre para tuberculose e brucelose das propriedades que fornecerão leite a futura fabrica. O Programa Nacional de Sanidade Suídea foi instituído através da Instrução Normativa nº47 de 18 de junho de 2004. Não é possível calcular o **Número total de casos confirmados da peste suína clássica em rebanhos do país**, pois não houve registro de casos esse ano no Estado do Amapá. Não há granjas comerciais de suínos e nem abatedouros no Estado. A criação é extensiva e de subsistência. No ano de 2009 os suínos do Estado foram vacinados contra Peste Suína, mas em 2010 por decisão do Departamento de Saúde Animal não houve a vacinação em conjunto com a de febre aftosa. Quanto ao **Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país**, o Brasil é livre de tal doença, segundo a Portaria SDA nº516 de 09 de dezembro de 1997. Dentre as diversas ações que a SFA/AP promove em conjunto com a DAIGRO/AP a fiscalização de graxarias e a fiscalização de propriedades onde se alimentam ruminantes com ração animal são as principais para se evitar que proprietários alimentem ruminantes com farinha de carne e osso, conforme disciplina a Instrução Normativa SDA nº08 de 25 de março de 2004. O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros foi implantado pela Portaria SDA nº168 de 27 de setembro de 2005. O índice **Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país**, no Amapá, não foi possível calcular, pois não houve registros da ocorrência da doença no Estado. Algumas ações precisam ser aplicadas pela DIAGRO/AP como o controle de morcegos hematófagos, obrigatoriedade da vacinação em áreas endêmicas. O Programa Nacional de Sanidade Avícola foi implantado através da Portaria nº193 de 19 de setembro de 1994. Até a presente data o Estado do Amapá ainda não aderiu ao Programa conforme determina a Instrução Normativa SDA nº17 de 07 de abril de 2006. O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos foi implantado pela Instrução Normativa nº17 de 08 de maio de 2008. O Estado do Amapá é zona endêmica para Anemia Infecciosa Equina – AIE e o sacrifício são obrigatórios dos animais positivos. Ainda a DIAGRO/AP não esta sacrificando os animais positivos. É necessário que As ações baseiam-se em fiscalizações de equídeos quando de aglomerações em Expo feiras.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Código da Ação no PPA: 2139		Denominação: Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos				
Gerente: Bruno de Oliveira Cotta		Responsável: Adriano Benicio Valadares				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice inicial	Índice final		

					exercício	exercício
1	Fiscalização Realizada	-	-	-	15.000	11.000
2	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras	31/12/2002	95	95	95	73,33

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Análise do Resultado Alcançado

O Ministério da Agricultura prevê no Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006, a fiscalização do trânsito de animais. Seja qual for à via de trânsito, a apresentação de documentação é obrigatória. O documento oficial para transporte de animal no Brasil é a Guia de Trânsito Animal (GTA), que contém as informações sobre o destino e condições sanitárias, bem como a finalidade do transporte animal. No Estado do Amapá quem realiza esta fiscalização é a DIAGRO/AP, em informe enviado a SFA/AP nos mostra uma grande movimentação de animais oriundos do Estado do Pará; a principal finalidade desse trânsito é o abate imediato nos matadouros localizados no município de Santana (AP), conforme tabelas nsº05 e 06. A principal atividade no SIFISA/AP é a fiscalização de salgadeiras de couros crua, sebo e farinha de carne e ossos de bovinos e bubalinos. Cada lote de couros é submetida a salga com sal marinho contendo 2% de carbonato de sódio e armazenado por período mínimo de 28 (vinte e oito) dias o sebo a farinha de carne e ossos são submetidos a tratamento térmico suficiente para inativação de patógenos transmissíveis; de forma que todos esses produtos para serem transportado para outro Estado é necessário a emissão do Certificado de Inspeção Sanitária modelo CIS-E. Essa meta não é previsível com exatidão em virtude de os estoques oscilarem de acordo com a disponibilidade de bovino-bubalinos nos matadouros do Estado. Esta atividade foi descentralizada para médicos veterinários sem vínculo com o serviço oficial, conforme disciplina a Norma Interna DSA nº01 de 12 janeiro de 2010; foram credenciados pela SFA-AP: o médico Veterinário Reginaldo Ferreira Ramos, CRMV/AP nº086/AP através da Portaria SFA/AP nº14/2010 e a médica Veterinária Nayana Moraes de Sena, CRMV/AP nº0100, através da portaria nº019/2010 , para emissão de CIS-E interestadual sob supervisão deste SIFISA/AP. Nesse caso não serão feitos os cálculos de eficiência, eficácia e efetividade pois não foram descentralizados recursos para a ação 2139, mas mesmo assim o SIFISA/AP desenvolveu as ações de supervisão e fiscalização das ações junto a DIAGRO/AP e aos veterinários credenciados.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	0356					
Denominação	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Garantir a Segurança Alimentar					
Objetivos Específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.					
Gerente	Francisco Sergio Ferreira Jardim					
Público Alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Código da Ação no PPA: 4745	Denominação: Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados					
Gerente: Juliana Ribeiro Alexandre	Responsável: Adriano Benicio Valadares					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização Realizada	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Análise do Resultado Alcançado:

Atividade não desenvolvida no Estado do Amapá, sem metas programadas para o Amapá no SIPLAN. Esta ação é de supra importância pois possui em sua finalidade: Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País. Ainda não recebemos demanda de tais espécies na SFA/AP.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Código da Ação no PPA: 8938	Denominação: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Gerente: Pedro Henrique Salgado Bueno	Responsável: Jose Dorcelles Paiva Rabelo					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 16.775,20	R\$ 16.775,20	R\$ 16.151,72	R\$ 16.151,72	R\$ 623,48	R\$ 16.151,72	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	12/1/2005	0,770	0,850	1	1
2	Estabelecimento Inspeccionado	-	-	-	5	5

Fórmula de Cálculo do Índice: Índice conformidade de produtos de origem animal = $(0,7 \times (\text{N}^\circ \text{ de relatório de auditoria anual} / \text{N}^\circ \text{ Total de relatórios de auditoria})) + (0,3 \times (\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade} / \text{N}^\circ \text{ de amostras total}))$.

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Análise do Resultado Alcançado

INDICADOR: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: $\text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Fiscalizados} / \text{N}^\circ \text{ Total de Fiscais envolvidos} - \text{IPF}$

$\text{IPF} = 31/1 = 1$

Custo da Fiscalização: $\text{Recurso Financeiro despendido} / \text{N}^\circ \text{ Estabelecimento Fiscalizado} - \text{ICF}$

$\text{ICF} = 26151,72/31 = 521,02 \text{ Reais por fiscalização}$

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: $\text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Fiscalizados} / \text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Registrados} - \text{IEF}$

$\text{IEF} = 1/1 = 1 = 100\%$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: $\text{N}^\circ \text{ de Amostras de Produtos em Conformidade} / \text{N}^\circ \text{ Total de Análises Realizadas}$.

$\text{ICP} = 1/3 = 0,33 = 33,33\%$

O PI INSPANIMAL 3 tem previsto no PPA, apenas um produto: Estabelecimento Inspeccionado. Os dados desse quadro referem-se somente a estabelecimentos com SIF. No Estado do Amapá, há, atualmente, cinco estabelecimentos sob controle de SIF em atividade, todos são de pescados, alias aqui alertamos: o Estado do Amapá a atividade animal mais importante no momento é a exportação de pescados. Desta forma, os indicadores constantes no SIPLAN quantificam apenas o realizado relativamente a esse produto. Não se podem avaliar, nesse Sistema, as outras atividades do serviço, tais como inspeção no comércio varejista, vistoria de terreno, atendimento a denúncias, atendimento ao público de interesse e divulgação, em todos os municípios do Amapá, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISBI-POA. Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998. Foram realizadas no geral 31 Fiscalizações por 01(um) fiscal do SIFISA/AP em estabelecimentos sob controle do Serviço de Inspeção Federal, sendo 09 fiscalizações de rotina mensais, 02 supervisões semestrais, 03 coletas de amostras, 01 capacitação técnica, 01 reunião técnica, 13 acompanhamentos In loco de SIF. Também foram realizadas 02 vistorias em terrenos para implantação de indústria de pescado. Em outubro de 2011 a Fiscal Federal responsável pelo PI INSPANIMAL entrou em licença maternidade, sendo a Produtividade no Serviço na Fiscalização – IPF de 31. Todos os estabelecimentos registrados com nº de SIF foram fiscalizados. Portanto, o IEF para estabelecimento com SIF é de 100%. O recurso

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		0375				
Denominação		Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores				
Objetivos Específicos		Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do Agronegócio				
Gerente		Francisco Sergio Ferreira Jardim				
Público Alvo		Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reebaladores e armazenadores de insumos agropecuários				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Código da Ação no PPA: 2019		Denominação: Fiscalização de Material Genético Animal Nacional				
Gerente: Daniela Pacheco de Lacerda		Responsável: Francisco Canindé da Silva				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Meta alcançada	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						

(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações planejadas) X 100
--

Fonte: SFA-AP/DIAGRO/AP

Análise do Resultado Alcançado

Esta ação não se aplica no Estado do Amapá, pois não temos Central de coleta e manipulação e controle de qualidade de Sêmen animal. Este programa tem a finalidade de melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. Nesse caso, já existem alguns proprietários que contratam veterinários especialistas em reprodução animal, para através de sêmens que vem de fora do Estado inseminar seus animais; nesse caso não compete aos Fiscais Federais a fiscalização da inseminação por veterinários.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Código da Ação no PPA: 2124		Denominação: Fiscalização de Insumos Destinados a alimentação Animal				
Gerente: Fernanda Marcussi Tucci		Responsável: Francisco Canindé da Silva				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 7.434,14	R\$ 7.434,14	R\$ 7.434,14	R\$ 7.054,41	R\$ 59,28	R\$ 7.054,41	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização realizada	-	-	-	247	174
Fórmula de Cálculo do Índice: (Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						

Fonte: SFA-AP/SIPLAN

Análise do Resultado Alcançado

PI - FISCINAM tem previsto no PPA, apenas um produto descrito no SIPLAN: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Os indicadores para a ação PI - FISCINAM foram criados objetivando, a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

A **eficiência** foi calculada para algumas *atividades* executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A **eficácia** também foi determinada para as atividades executadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade, conforme o cálculo abaixo:

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2010 no exercício da fiscalização.

a)Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b)Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 174/1 = 1$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/N° Estabelecimento Fiscalizado – ICF

$$\text{ICF} = 7.054,41/174 = 40,54 \text{ Reais por fiscalização}$$

B) EFICACIA

Estabelecimentos Fiscalizados: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 174/174 = 1 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas.

$$\text{ICP} = 174/174 = 1 = 100\%$$

As atividades do PI FISCINAN ainda são centralizadas no nível de SFA/AP e consiste basicamente em fiscalizações de fabrica de rações e insumos agropecuários. No Estado do Amapá ainda não existem implantadas fabricas de rações; a fiscalização se processa no comercio varejista de ração animal. As metas do PI - FISCINAN não foram totalmente cumpridas no ano de 2011, devido a diversos fatores, dentre eles, destacam-se a intervenção desde junho na SFA/AP, com a paralização das atividades por quase 03 meses seguidos . As atividades são desenvolvidas pelo Fiscal Federal Francisco Canindé e 01 Auxiliar, Agropecuário José Nascimento Pinto. Também não há disponibilidade exclusiva de veículos para as atividades. Foram fiscalizados 70% dos estabelecimentos produtores, enfatizando-se os de maior impacto no comércio de rações em razão de sua maior expressividade no Estado. O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância para o cumprimento de parte das metas programadas. A Fiscalização ocorre em comercio na cidade de Macapá e em outros municípios do Estado. Vale ressaltar que dos R\$ 7.054,41 pagos, os valores R\$5.841,41 foram usados em pagamento de passagens aéreas e diárias para o RT do PI FISCINAN Francisco Canindé da Silva para reunião nacional e curso de relatoria em Minas Gerais.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Codigo da Ação no PPA: 2140		Denominação: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário				
Gerente: Cleber Tailor Melo Carneiro		Responsável: Francisco Canindé da Silva				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 5.497,11	R\$ 5.497,11	R\$ 5.495,49	R\$ 5.352,54	R\$ 00,00	R\$ 5.352,54	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização realizada	-	-	-	66	48

Fórmula de Cálculo do Índice:

$$(\text{N}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas} / \text{N}^\circ \text{ de fiscalizações previstas}) \times 100$$

Fonte: SFA-AP/SIPLAN

Análise do Resultado Alcançado

PI - FISPROVET tem previsto no PPA, apenas um produto descrito no SIPLAN: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: $\text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Fiscalizados} / \text{N}^\circ \text{ Total de Fiscais envolvidos} - \text{IPF}$

$\text{IPF} = 48/1 = 48$

Custo da Fiscalização: $\text{Recurso Financeiro despendido} / \text{N}^\circ \text{ Estabelecimento Fiscalizado} - \text{ICF}$

$\text{ICF} = 5.352,54 / 48 = 111,51 \text{ Reais por fiscalização}$

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: $\text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Fiscalizados} / \text{N}^\circ \text{ Estabelecimentos Registrados} - \text{IEF}$

$\text{IEF} = 48/48 = 1 = 100\%$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: $\text{N}^\circ \text{ de Amostras de Produtos em Conformidade} / \text{N}^\circ \text{ Total de Análises Realizadas}$

$\text{ICP} = 48/48 = 1 = 100\%$

No SIFISA/SFA-AP, a dotação orçamentária é mensal, descentralizada pelo Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários – DFIP; as atividades de Fiscalização de Produtos Veterinários são desenvolvidas no SIFISA/AP por um técnico em Agropecuária e um Fiscal Federal Agropecuário - FFA. As atividades do PI FISCINAN são baseadas no Decreto Lei Decreto-Lei nº 467/1969; Decreto nº 5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996; possuem o objetivo no Estado do Amapá, de garantir a qualidade dos produtos veterinários vendidos no comércio local. Vale ressaltar que ainda não existem indústrias de produtos veterinários no Estado, onde é a competência da SFA/AP, atuar na indústria. Vários fatores contribuíram para que a meta Programada para o exercício de 2011 do PI FISPROVET não fossem plenamente alcançadas. Esforços em 2012 serão realizados no sentido da fiscalização do comércio seja realizada pela DIAGRO/AP. Destacam-se a Intervenção Federal na SFA/AP com a consequente paralisação das atividades por mais de 03 meses. Também mencionamos o corte orçamentário sofrido em nível de Ministério com reflexo na SFA/AP. Importante frisar que dos R\$5.497,11 (cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e onze centavos) dotados a SFA/AP, R\$ 2.557,61 (dois mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) foram destinados para a realização do Curso de Relatoria de Processos, realizado pelo Responsável Técnico do PI FISPROVET Fiscal Federal Agropecuário Francisco Canindé da Silva em Minas Gerais.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	357	4842	A	3	Km²	142.815	142.815	142.815
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	357	8572	A	3	Prop. Atend.	4.626	3.640	5.000
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	357	2139	A	3	Fisc. Real.	15.000	11.000	15.000
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	356	8938	A	3	Est. Inspec.	5	5	7
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	356	4745	A	3	Est. Inspec.	0	0	0
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	375	2124	A	3	Fisc. Real.	247	174	247
Agricultura	Defesa Sanitaria Animal	375	2140	A	3	Fisc. Real.	66	48	66

Fonte: SIFISA/SFA-AP

Análise Crítica

A SFA/AP, em atendimento ao constante na Portaria 428 de 09/06/2010 e, sob a orientação do DSA/SDA/MAPA, realiza principalmente as atividades de acompanhamento, coordenação e supervisão das atividades executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO/AP. De modo geral os recursos descentralizados a este SIFISA/AP foram efetivamente empregados, principalmente nos objetivos a eles destinados. Como consta no Decreto nº 5. 741 de 30 de março de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, onde define competências nas instancias federal, estadual e municipal, quanto às atividades de vigilância e defesa animal, inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico e fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias. Como citado anteriormente a maiorias das atividades estão sendo executadas pela DIAGRO/AP. O grande entrave que analisamos quanto ao pleno desenvolvimento das ações pela DIAGRO/AP é a questão financeira. Hoje a DIAGRO/AP alem da sede central em Macapá, possui 10 Unidades Veterinárias Locais - UVL, 06 Escritórios de Atendimento a Comunidade – EAC; para gerenciamento de toda essa maquina administrativa da DIAGRO/AP é disponibilizado um montante aproximado de R\$15.000,00(quinze mil reais) mensais. No ano de 2012 a DIAGRO/AP submete a analise desta SFA/AP uma proposta de Convenio Plurianual, sendo previsto para 2012 o valor de R\$ 1.892.016,84 (hum milhão, oitocentos e noventa e dois mil, dezesseis reais e oitenta e quatro centavos) para com a finalidade de

investimentos e custeio. O problema maior é a inadimplência do Governo do Estado, que caso persista, inviabiliza a celebração do Convenio.

Sugerimos para melhorar o desempenho dentro de cada programa as recomendações que seguem:

- Que seja constituído um Grupo de trabalho no SIFISA/Saúde Animal voltado à análise de dados e informações de Defesa Animal, visando sugestões para reduzir o tempo de atendimento às notificações de suspeitas, levantamento sobre pontos críticos junto a DIAGRO/AP.
- Criação de um calendário obrigatório de envio de informações mensais dividido por programas.
- Aumentar a frequência de Treinamentos de Médicos Veterinários do serviço oficial e do setor privado.
- Incentivar a criação de mais equipes de captura de morcegos, cadastramento e monitoramento de abrigo.
- Aumentar o nº de auditorias internas tanto por parte da DIAGRO/AP quanto por parte do SIFISA/AP no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações.
- Divulgar por meio de palestras para Médicos Veterinários do Serviço Oficial e do setor privado, empresários, autoridades municipais e criadores as doenças de notificação obrigatória, novas legislações e procedimentos.
- Manter contato com autoridades legislativas, para a normatização junto a DIAGRO/AP das Leis Estaduais de Defesa Agropecuária, cumprindo o que estabelece o SUASA.

Atualmente o corpo técnico do SIFISA/AP é constituído de 04 Fiscais Federais Agropecuários; 01 Médico Veterinário; 01 Agente de Atividades Agropecuário; 01 Agente de Serviços Complementares; 01 Auxiliar Operacional de Serviços Diversos; 01 Datilógrafo e 02 Agentes Administrativos. Legalmente o que está estabelecido na competência de desenvolver as atividades de fiscalização, inspeção e defesa animal é que somente o Fiscal Federal Agropecuário e o Agente de Atividades Agropecuário podem desenvolver tais atividades. Na área meio, os outros servidores desenvolvem suas atividades de auxílio administrativo, quando baseados em atividades legais. Um dos eventos negativos são sem sombra de dúvida os motivos que levaram a Intervenção Federal na SFA/AP, pois trouxe um clima de instabilidade e desconfiança na SFA/AP, pois os holofotes dos órgãos de controladoria estão sempre voltados para a SFA/AP. Mas sempre este SIFISA/AP segue o estabelecido pelo princípio constitucional da Legalidade em suas atividades. Por outro lado a Intervenção Federal trouxe o alinhamento de alguns processos rotineiros de trabalho, trazendo mais celeridade ao desenvolvimento dos mesmos.

Ao considerarmos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade dos serviços internos e externos, em conformidade com o Mapa Estratégico do MAPA, observamos de forma concreta os seguintes avanços:

1. A utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com a aplicabilidade e devido acompanhamento;
2. O estreitamento nas parcerias com DIAGRO e RURAP levando a Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/ AP ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade;
3. A maior participação dos técnicos do SIFISA/DDA/SFA-PA em atividades e eventos nacionais, específicos do serviço, o que contribui para a vivência nacional e a representatividade do serviço nas outras instâncias e instituições parceiras;

4. Maior abrangência das ações do SIFISA/DDA/SFA-PA em nível regional contribuindo para o avanço do agronegócio do Estado;
5. Maior conscientização dos pecuaristas e conseqüente aumento do índice vacinal contra febre aftosa. As atividades em conjunto de educação sanitária animal SIFISA/SFA-AP, DIAGRO e RURAP foi fato determinante para atingirmos percentuais próximos aos 88% do índice vacinal. É evidente que nas duas (02) Operações Agulha Oficial coordenada pela SFA/AP trouxe resultados positivos para a pecuária e desenvolvimento do Agronegócio Amapaense. O Serviço Oficial a partir dessas duas operações ficaram conhecendo completamente as propriedades do Estado do Amapá.
6. Aumento da demanda para instalação de novos **SIF's** em 2012, refletindo um crescimento econômico e perspectivas de geração de renda e oferta de emprego.
- Finalizando, novos desafios para 2012 são esperados e este SIFISA/AP dentro dos princípios constitucionais inerentes ao serviço público, sempre procurando cumprir com nossa função social e bem estar da humanidade.

PROGRAMA SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA - 0357

ACÇÃO DA ERRADICAÇÃO DA MOSCA-DA-CARAMBOLA NO ESTADO DO AMAPÁ

O programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Amapá teve sua execução sob responsabilidade da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0357				
Denominação		Segurança da Sanidade Agropecuária				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados interno e externo.				
Objetivos Específicos		Garantir a Segurança Alimentar				
Gerente		FFA Maria Júlia Signoretti Godoy Responsável: FFA Carlos Alberto Pereira de Carvalho				
Público Alvo		Produtores, Consumidores, Exportadores, Importadores, Transportadores, inclusive Passageiros, Armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	Pagos	
2.170.660,06	2.134.529,45	2.134.529,45	2.134.529,45	-	1.737.515,25	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área controlada(ha)	01/01/2011	100,00	100,00	100,00	100,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Índice de Área Controlada (IAC) = [Área Controlada Prevista (ACP)/Área Controlada Executada].100						

Análise do Resultado Alcançado						
A área controlada prevista foi igual à área controlada executada. Índice igual a 100%						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Incidência da praga por município (município)	01/01/2011	100,00	162,5	100,00	162,5
Fórmula de Cálculo do Índice						
Incidência da Praga por Município Controlado (IPMC)= N° previsto de Municípios Controlados com Incidência da Praga/N° constatado de Municípios Controlados com Incidência da Praga . IPMC= 8/13= 162,5						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011, a Mosca da Carambola apresentou um avanço de 62,5% acima da expectativa em relação ao número de municípios com ocorrências da Praga, passando de oito previstos para treze constatados, ou seja, estabelecendo incidência da praga em 82% (13 municípios) dos (16) municípios amapaenses.						

DADOS GERAIS DA AÇÃO.

– Erradicação da Mosca-da-Carambola – ERRADMOSCA- 4738

Tipo	Atividade
Objetivo	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da mosca <i>Bactrocera carambolae</i> e dar garantia de sanidade vegetal em todo território nacional
Descrição	Monitoramento, combate, fiscalização fitossanitária, técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingressos nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Indicador	Nº de municípios com incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal- DSV/SDA
Unidades Executoras	SIFISV/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA
Coordenador Nacional da ação	Maria Júlia Signoretty Godoy
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Pereira de Carvalho

Fonte: SIFISV/SFA/AP - 2011.

Objetivos Estratégicos

- Garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

Histórico

A Mosca-da-Carambola é uma das espécies de Moscas-das-Frutas de importância econômica para a fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do Decreto Presidencial nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região formada pelo município do Oiapoque e áreas circunvizinhas no Estado do Amapá foi considerada pelo Ministério da Agricultura como área de emergência fitossanitária onde, ao longo dos últimos quinze anos, vêm sendo executadas medidas de controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro do Estado e para outros Estados brasileiros.

Apesar dos esforços para sua contenção, a praga atravessou o Estado do Amapá desde o norte – município de Oiapoque – até o sul atingindo o município de Laranjal do Jari. Em fevereiro de 2007, a Mosca-da-Carambola foi detectada no Distrito de Monte Dourado – município de Almeirim/Estado do Par, situação que proporcionou o exercício de uma parceria entre as Superintendências Federais de Agricultura do Pará e do Amapá, além da participação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ que desde então efetivou presença nessa área que, para efeitos do exercício da programação emergencial, adotou-se chamar “Vale do Rio Jari”.

Outras participações como a da Secretaria de Estado do Meio Ambiente através de sua representação em Laranjal do Jari, da Promotoria de Justiça e da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari possibilitaram que, em abril de 2008, a área em referência fosse declarada com “livre da praga Mosca-da-Carambola, conforme as normas do Departamento de Sanidade Vegetal – DVS, do Ministério da Agricultura.

Com a cessação dos registros de ocorrência da praga no Vale do Rio Jari, outras prioridades foram declaradas dentre as quais a de manter o status declarado e a de aplicar medidas no sentido de diminuir as ocorrências nas áreas urbanas de Mazagão, Santana e Macapá.

A área livre foi mantida, porém a efetiva diminuição dessas ocorrências ou a efetivação de uma tendência de declínio nas capturas ainda não pode ser tema de destaque nesta oportunidade.

Na conjuntura em que o Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola foi executado durante o exercício de 2011 no Estado do Amapá, destacaram-se:

A - O satisfatório atendimento das necessidades financeiras por parte do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/MAPA.

O Plano Operativo Anual 2011 do Plano Interno Erradicação da Mosca-da-Carambola – ERRADMOSCA foi compatibilizado no âmbito da Coordenação Nacional. Os recursos financeiros foram descentralizados na medida em que os créditos orçamentários foram feitos. O Quadro II, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI indica que a previsão financeira (R\$ 2.170.660,06) teve 98,34% (R\$ 2.134.529,45) disponibilizados e empenhados, dos quais R\$ 1.701.384,64 (79,71%) foram pagos..

B – Intervenção Federal

A “Operação Mãos Limpas” deflagrada pela Polícia Federal durante mês de setembro/2010, alcançou a SFA/AP oportunidade em que dirigentes - Superintendente, Superintendente Substituto e o chefe do Serviço de Apoio Administrativo – foram detidos para fins de depoimentos especiais em processos administrativos oficializados pelo Tribunal de Contas da União.

A situação paralisou quase que por completo as atividades da Superintendência, pois a área técnica, sem responsabilidades diretas nos fatos, ficou desprovida do apoio administrativo, pois alguns dos mais experientes servidores foram cedidos ao governo estadual e a maioria dos restantes não se sentiu em condições de executar as tarefas mais complexas, como no caso das aquisições através de licitações.

A situação permaneceu praticamente inalterada inclusive durante o primeiro trimestre de 2011, até que em maio desse ano outra Operação da Polícia Federal realizou nova detenção dos mesmos dirigentes da SFA/AP, fato que motivou imediata reação do Senhor Ministro de Estado da Agricultura que exonerou os envolvidos e decretou intervenção na Superintendência cujo regime se implantou com a nomeação e posse do Interventor Federal do MAPA na SFA/AP – em junho/2011 - quando se iniciaram os procedimentos de apuração de umas e detecção de outras inconformidades administrativas, tanto pela ação dos órgãos oficiais de controle da administração pública, quanto por iniciativas do Interventor e de seus assessores.

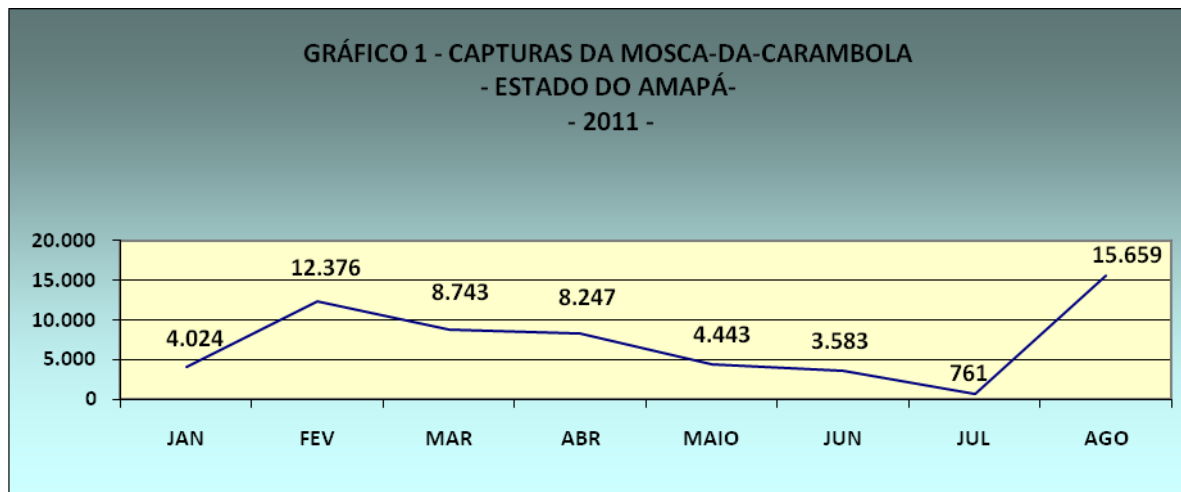
Desse modo, entendendo que a Intervenção foi medida adequada à situação e que os impactos trazidos por essa nova ordem careceram de um período de tempo para que fossem assimilados pela SFA/AP, constatou-se que, por isto, a nova situação teve desdobramentos diretos no comportamento funcional da Superintendência, em particular no da área administrativa ou de apoio, com reflexos na área técnica ou área fim.

Na prática, as carências de apoio administrativo se evidenciaram na falta de atendimento às requisições para aquisições de materiais, na falta de contratações de serviços e, em alguns casos na execução incorreta dos controles de estoque de materiais (combustíveis) e da utilização/manutenção de equipamentos. Em outras palavras a área técnica ou área fim, além das adaptações necessárias à nova ordem, em correspondência, foi tendo programações ora canceladas, ora adiadas por falta de apoio administrativo.

Dos Planos Operativos Anuais, o ERRADMOSCA foi o que apresentou a maior contabilização de perdas. O POA em questão sempre teve ações programadas de modo contínuo tendo constatado, ao longo dos anos de execução, que a Praga Quarentenária Mosca da Carambola apresenta, naturalmente, elevação no número de ocorrências no início de cada ano (ou início do período chuvoso no Amapá) e, em contrário, diminuição dessas ocorrências em meados do segundo

semestre - período mais seco do ano no Amapá. Entretanto, se não combatida a praga contraria essa expectativa, a exemplo do crescimento nas capturas face paralisação quase completa dos trabalhos de campo devido à falta combustíveis veiculares.

O Gráfico 1 (em seguida) demonstra que os esforços para manter um mínimo de atividades no campo em especial entre o **início de junho e meados de agosto/2011**, sem dúvidas minimizou mas, não evitou a “explosão” nos registros de ocorrência da praga,



A ação direta do Interventor possibilitou reaver expressivas quantidades de combustíveis que, sem os devidos controles, se encontravam nas posses dos fornecedores.

Plano de Trabalho de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Sul do Estado do Amapá para 2011.

1- Implementação do Plano:

Em 2011 foram combatidos focos em Macapá, Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Pedra Branca, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Pacuí, Itaúbal e Cutias.

Tecnicamente, considera-se foco a **detecção de “um espécimen” de *Bactrocera carambolae*** na área monitorado, condição que resulta na implementação imediata de um plano emergencial, em tempo máximo de até 48 horas.

Dado intenso tráfego de barcos do Porto de Santana para o baixo e médio Amazonas e Belém, e os vôos diários que deixam Macapá rumo ao restante do país, a presença da praga nesta região apresenta risco constante de estabelecimento em outras regiões do Brasil. O Estado do Amapá monitora quinzenalmente os seus dezesseis municípios e o Estado do Pará monitora municípios do Médio Amazonas desde o município de Juriti até o de Almeirim.

Em fevereiro de 2007 a Mosca-da-Carambola foi detectada no Distrito de Monte Dourado (Almeirim-Pa). Em março de 2008, por ação conjunta Pará e Amapá, a praga foi erradicada

daquela área. Este fato é um exemplo típico de parceria, que pode se repetir em outras situações e em áreas do país.

Assim é fundamental reduzir e erradicar a MC do sul do Estado do Amapá e restringir sua localização, pelo menos, aos municípios do Oiapoque e Calçoene.

Objetivo

O objetivo do Plano foi explicitar as ações necessárias para a erradicação ou controle de Mosca-da-Carambola, nos municípios de Macapá (incluindo o distrito de Pacuí), Santana, Porto Grande, Mazagão, Ferreira Gomes e Itaubal, utilizando o conceito internacional de controle em área ampla.

No caso da erradicação não ser alcançada no período estabelecido da execução do plano, e a população da praga não atingir o nível próximo a zero, um novo plano de trabalho deverá ser elaborado para atingir sua supressão.

A execução das ações deste plano de trabalho no período de 2009 a 2011 é de responsabilidade do SIFISV/ SFA/AP.

A área de execução do plano abrange todo território Amapaense, dando ênfase ao combate nos municípios de foco da praga e com frequência quinzenal das ações – monitoramento e combate.

Infra-Estrutura do Plano em 2011

Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS – ATUAÇÃO EXCLUSIVA NO PI ERRADMOSCA	QUANTIDADE
Fiscais Federais Agropecuários do SIFISV/AP.	03
Agentes de Atividades Agropecuárias- SIFISV/AP,.	03
Servidores da SFA/AP - administrativos e motoristas.	10
Auxiliares de campo (Contratadas por empresas terceirizadas para as atividades de campo)	72
Servidores da DIAGRO/AP Termo de cooperação técnica.	06
TOTAL	94

Fonte: SIFISV/SFA/AP 2011.

No Estado foram formadas 33 equipes, sendo cada equipe constituída de 2 combatentes e 1 coordenador, atuando em uma área pré-estabelecida denominada de rota.

Veículos e Materiais

Nos vários períodos de execução do Plano, foi possível adquirir trinta e oito veículos tipo pick-up, das quais 20 a 25 são mantidas com certa precariedade no apoio às atividades de campo. Além dessas, uma motocicleta permanece em apoio para acesso às áreas onde os outros veículos têm dificuldade de trafegar. Nenhuma aquisição de veículos foi feita em 2011. Boa parte dos materiais usados nas atividades de campo (torula, metil-eugenol, armadilhas Jackson e McPhail, proteína hidrolisada, malathion) originaram-se de estoques de anos anteriores ou foram adquiridos através de ação direta da Coordenação Nacional do Programa. Apenas parte das necessidades de arames e sacos plásticos foi atendida através de aquisições feitas pela SFA/AP.

Envolvimento Institucional e Definições de Responsabilidades:

- **Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/MAPA:** Coordenação do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola, representada pela Fiscal federal Agropecuária Maria Julia Signoretti Godoy.

Tem responsabilidade de coordenar todas as ações de planejamento, supervisão e avaliação do plano e disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros.

- **Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP:** Representada pelo Interventor Federal José Conceição Ferreira Sobrinho e pelos Fiscais Federais Agropecuários Adelson Alfonso Carneiro Fernandes - Chefe do Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - **SIFISV/SFA/AP**; Rubilar da Rocha Portal – Responsável pela Coordenação Técnico-Administrativa do Programa e; Carlos Alberto Pereira de Carvalho – Responsável Técnico pelo PI – **ERRADMOSCA**; pelo Agente de Atividades Agropecuárias José MacDowell Pires Filho - Responsável pela Supervisão de Campo e pelas servidoras Maria Eliana Costa Queiroz e Jacirene Ferreira Maia, responsáveis pelas atividades do Núcleo de Educação Sanitária/Ação Erradicação da Mosca da Carambola.

A SFA/AP têm a responsabilidade da coordenação local e execução das ações de monitoramento e controle (combate) preconizadas neste Plano, além de fornecer toda a estrutura física como: depósitos, materiais e serviços de terceiros; apoio administrativo e logístico; alocação de recursos humanos do MAPA e terceirizados. O SIFISV/AP também atua como responsável pela obtenção, processamento e disponibilização de dados e outras informações para o Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

- **Superintendência Federal de Agricultura no Pará - SFA/PA:** Representada pela Fiscal Federal Agropecuária Wilda da Silva Pinto Pacheco – Chefa do SIFISV/PA - responsável pelo assessoramento do planejamento, avaliação e capacitação, referentes à execução desse Plano. Realizou pagamentos eventuais de viagens e diárias para servidores e consultores necessários à execução desse Plano conforme demanda do Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

- **Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá - DIAGRO-** Representada pelo Engenheiro Agrônomo Charles Ferreira Brito, Coordenador Estadual do PNEMC/DIAGRO que disponibilizou recursos humanos (Engº Agrônomos e Técnicos Agrícolas) para compor as equipes de campo que atuam no Estado do Amapá.

- **Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará - ADEPARA:** Representada pelos Engº.Agrônomo Leonardo Magno Marques Moraes, técnico da defesa e inspeção agropecuária.

Disponibilizou recursos humanos para compor as equipes de campo que atuam na fronteira Amapá/Pará na execução do Plano de Pós-erradicação do Vale do Jarí.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS.

As dificuldades enfrentadas na condução do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá em 2011, além de fatores climáticos, foram:

- Falta de aquisições de materiais necessários e vitais ao Programa. A área administrativa da SFA/AP não foi capaz de realizar licitações para as aquisições em quantidades necessárias e nas épocas mais adequadas, para o andamento do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola - situação observada desde 2010.
- Demora em concretizar a cessão de veículos a DIAGRO – em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica Nº 01/2010, para atender os monitoramento e combate à Mosca nos municípios do interior do Estado.
- Falta de técnicos em Oiapoque, assim como de servidor autorizado a dirigir veículos para apoiar as atividades de monitoramento e combate no município. É importante registrar que o município em questão faz divisa com a Guiana Francesa, porém a UVAGRO lá existente não dispõe de Fiscal Federal Agropecuário.
- A área administrativa não conseguiu atender em tempo as demandas do Programa. Foram grandes as dificuldades para disponibilizar veículos em condições de uso; para controlar combustíveis (abastecimento) e até mesmo para manter o serviço de correios em funcionamento, dificultando o envio/recebimento de correspondências e materiais diversos.
- A UTRA de Laranjal do Jarí, não atendeu os objetivos e expectativas proposta pelo Programa de Pós-erradicação da praga. Dificuldades administrativas de toda sorte impediram o funcionamento condizente da Unidade: na área de pessoal, a equipe não se completou conforme recomenda a Portaria 428/2010-MAPA – apenas um FFA Médico Veterinário foi designado para a Unidade; o motorista foi afastado por motivo de doença grave, porém não foi substituído. Quanto aos materiais de consumo, o combustível não fechou a prestação de contas de consumo, e a Unidade não demandou por outros itens indispensáveis ao funcionamento dos controles.
- A programação do combate previa a aplicação de 440.000 blocos conforme a Técnica de Aniquilamento de Machos - (TAM). Porém, apenas 97.460 blocos foram distribuídos, o que corresponde a 22% do programado, por falta de aquisição de materiais (arame e inseticida),
- Insuficiência de pessoal técnico em agropecuária para coordenar as equipes de combate nas 20 rotas (áreas) de Macapá e Santana.

Resultados Alcançados

Quadro I – Meta Física ”Erradicação da Mosca-da-Carambola”

AÇÃO 4738 - Quadro I - PI - ERRADMOSCA

Ação 4738 – Erradicação da Mosca-da-Carambola.						
PI	PRODUTO	FÍSICO				
ERRADMOSCA	Área controlada (Ha.)	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a realizar em 2012
		14.281.458	14.281.458	14.281.458	100	14.281.458

Fonte; SIFISV-SFA-AP 2011.

Quadro II – DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO: Em 2011, os créditos orçamentários descentralizados na rubrica do PI – ERRADMOSCA .

AÇÃO 4738 - Quadro II PI - ERRADMOSCA

METAS	PREVISTAS		REALIZADAS	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Área controlada (ha)	14.281.458	2.170.660,06	14.281.458	2.134.529,45
Área monitorada (ha)	14.281.458		14.281.458	
Armadilha instalada (unidade)	2..242		2..242	
Treinamento de Técnicos da DIAGRO	0		0	
Participação de FFA como instrutor em curso	0		0	
Combatentes contratados capacitados	72		72	
TOTAL		2.170.660,06	2.134.529,45	

Fonte: SIFISV-SFA-AP 2011.

**QUADRO III – MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS
NOS MUNICÍPIOS - 2011 - AÇÃO 4738**

MUNICÍPIOS	CAPTURA	PERCENTUAL
MACAPÁ	54.466	59,19
PORTO GRANDE	12.633	13,73
SANTANA	11.425	12,41
OIAPOQUE	6.499	7,07
CALÇOENE	2.104	2,29
ITAUBAL	1.905	2,07
CUTIAS DO ARAGUARI	1.279	1,39
TARTARUGALZINHO	909	0,99
FERREIRA GOMES	574	0,62
MAZAGÃO	220	0,24
PEDRA BRANCA	11	0,01
AMAPÁ	5	0,00
SERRA DO NAVIO	3	0,00
PRACUÚBA	0	0
LARANJAL DO JARÍ	0	0
VITÓRIA DO JARÍ	0	0
TOTAL	92.033	100%

Fonte; SIFISV-SFA-AP 2011.

QUADRO IV – RESULTADOS DO MONITORAMENTO E COMBATE À MOSCA-DA-CARAMBOLA NO ESTADO DO AMAPÁ - 2011

AÇÃO 4738

ÁREA	Nº ARMADILHAS		MOSCAS CAPTURADAS	FRUTOS COLETADOS (KG)	PLANTAS ERRADICADAS	BLOCOS DISTRIBUÍDOS	PLANTAS PULVERIZADAS
	JACKSON	McPHAIL					
AMAPÁ	12	6	5	0	0	0	00
CALÇOENE	24	28	2.104	1585	0	700	140081
CUTIAS	7	7	1.279	120	0	300	5500
FERREIRA GOMES	30	38	574	2142	0	2300	102434
ITAUBAL	11	11	1.905	370	45	580	7500
LARANJAL DO JARÍ	115	56	0	0	0	0	X
MACAPÁ	521	446	54.466	37612	1301	51520	2051245
MAZAGÃO	82	65	220	145	0	4920	225626
OIAPOQUE	54	54	6.499	3698	11	7440	166912
PRACUÚBA	8	4	0	0	0	0	0
PEDRA BRANCA	21	18	11	11	30	500	3160
PORTO GRANDE	89	89	12.633	283	0	4000	244654
SANTANA	169	168	11.425	13425	353	23700	808103
SERRA DO NAVIO	13	7	3	0	0	500	2930
TARTARUGALZINHO	31	29	909	368	0	1000	31474
VITÓRIA DO JARÍ	27	2	0	0	0	0	X
TOTAL	2.242		92.033	59.759	1.740	97.460	3.789.619

Fonte; SIFISV/SFA/AP 2011.

(*)- dados com repetição

QUADRO V- RECURSOS APLICADOS POR ELEMENTO DE DESPESAS EM 2011

AÇÃO 4738 - PI – ERRADMOSCA 2011

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	VALORES ANULADOS (R\$)	RESTOS A PAGAR (R\$)	META PREVISTA Ha	META REALIZADA Ha	META A SER REALIZADA EM 2011
33.90.14	47.521,63	41.991,02	41.991,02	5.530,61	0	14.281.458	14.281.458	14.281.458
33.90.30	214.258,77	214.258,77	214.258,77	0	185.014,57			
33.90.33	2.200,00	2.200,00	2.200,00	0	40,88			
33.90.36	30.600,00	0	0	30.600,00	0			
33.90.39	1.873.478,41	1.873.478,41	1.873.478,41	0	0			
33.90.92	2.601,25	2.601,25	2.601,25	0	0			
TOTAL	2.170.660,06	2.134.529,45	2.134.529,45	36.130,61	397.014,20	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/AP

QUADRO VI – COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS DE 2010 E 2011.**AÇÃO 4738**

ELEMENTO DE DESPESA 2010				ELEMENTO DE DESPESA 2011			
ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%	ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%
33.9014	217.914,00	164.285,76	75,39	33.9014	47.521,63	41.991,02	88,36
33.9030	250.000,00	245.719,39	98,28	33.9030	214.258,77	214.258,77	100,00
33.9033	3.000,00	1.209,32	40,31	33.9033	2.200,00	2.200,00	100,00
33.9036	35.368,98	35.318,40	99,85	33.9036	30.600,00	0	0
33.9039	2.061.634,42	2.053.187,33	99,59	33.9039	1.880.478,41	1.873.478,41	99,62
33.9052	7.111,77	7.111,77	100	33.9052	0	0	0
33.9047	10.853,46	10.853,46	100	33.9047	0	0	0
33.91.92	1.123,69	1.123,69	100	33.91.92	0	0	0
33.90.92	0	0	0	33.90.92	2.601,25	2.601,25	100,00
TOTAL	2.587.006,32	2.518.809,12	97,36		2.170.660,06	2.134.529,45	98,33

Fonte:SEOF/SFA/AP - SIAF

ANÁLISE DO DESEMPENHO

Desempenho Operacional

Em 2011 o SIFISV-AP realizou ações de controle da praga “Mosca-da-Carambola” nos 16 municípios do Estado do Amapá. Os municípios de Vitória do Jarí, Laranjal do Jarí e Pracuúba não apresentaram ocorrência da praga. Os mais infestados foram os municípios de Macapá, Porto Grande, Santana e Oiapoque, que responderam com 92,33% das capturas no Estado.

Para execução dos trabalhos de monitoramento e combate à praga, foi firmado um Termo Aditivo ao Contrato mantido com a empresa BERNACOM, para a renovação do fornecimento de 72 trabalhadores de campo por mais um ano.

Os municípios de Oiapoque (origem da praga) e Calçoene ficaram prejudicados na execução do monitoramento e combate, por problemas que variaram desde indisponibilidade de um Fiscal para executar/coordenar as ações do Programa na área em questão, até à falta de estrutura no ambiente de trabalho como no caso da Unidade de Vigilância Agropecuária de Oiapoque – UVAGRO/Oiapoque – base local de execução do PEMC – que apresentou deficiências em geral (nos meios de comunicação, na rede de informática, na disponibilidade de materiais e equipamentos, etc). Para minimizar esta situação, foram realizados monitoramento e combate somente com o remanejamento de dois trabalhadores da firma BERNACOM.

O Desempenho Operacional foi cercado de dificuldades, notadamente pela precariedade do apoio administrativo. Dificuldades para atendimento de grande parte das demandas por veículos, assim como para as aquisições de materiais para realização das diversas atividades tanto em escritório quanto em campo, apesar da disponibilidade orçamentário-financeira.

A Intervenção Federal do MAPA na SFA/AP, enquanto fato sem precedentes no ambiente da Superintendência, além de implantar uma “nova ordem” administrativa, dedicou boa parte do tempo na apuração de inconformidades; na prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle do Serviço Público Federal e; sobretudo na tarefa de reaver a confiabilidade da SFA/AP perante a sociedade como um todo. As consultas aos controladores na busca da maneira mais adequada de agir se tornaram rotineiras e por isto, algumas providências careceram de um tempo bem maior para suas implementações, com reflexos diretos em aquisições, contratações, andamento de acordos, etc., ou seja, na efetivação do apoio à execução das metas.

Por isto, entende-se que a execução do Programa no período em questão pode ser considerada satisfatória, se comparada com a que foi cumprida no exercício de 2009, oportunidade em que, por exemplo, as capturas da Mosca-da-Carambola foram 71,5% maiores que as anotadas em 2011, mesmo num ambiente funcional tido como mais favorável.

Indicador de Desempenho em 2011.

ERRADMOSCA	a) Incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"- por municípios
-------------------	---

O indicador de desempenho para a Ação Erradicação da Mosca-da-Carambola foi “**incidência da praga por município**”. O índice previsto para esta ação foi a incidência em 8 (oito) municípios durante 2011. Ao final do período foi constatada ocorrência em 13 (treze) municípios. Os municípios de Pracuúba, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí não registraram ocorrências da praga em 2011.

Incidência da Praga por Município Controlado (IPMC) = N° previsto de Municípios Controlados com Incidência da Praga/N° constatado de Municípios Controlados com Incidência da Praga . IPMC= 8/13= 162,5

Em 2011, a Mosca da Carambola apresentou um avanço de 62,5% acima da expectativa em relação ao número de municípios com ocorrências da Praga, passando de oito previstos para treze constatados, ou seja, estabelecendo incidência da praga em 82% (13 municípios) dos (16) municípios amapaenses

.A) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2011, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA 2011} = \text{QR 2011} - \text{QP 2011}$$

$$\text{VA 2011} = 14.281.458 - 14.281.458 = 0$$

• **Variação relativa (VR)** entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em percentagem:

$$\text{VR2009} = [(\text{QR2011} : \text{QP2011})].100$$

$$\% = (\text{QR2011} : \text{QP2011}). 100$$

$$\% = (14.281.458 : 14.281.458). 100= 100\%$$

OUTRAS INFORMAÇÕES

As ações do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola tiveram apoio do Núcleo de Educação Sanitária da SFA/AP, inclusive com algumas dessas ações executadas nos Estados do Pará, Roraima e Rondônia.

Em Macapá foram capacitados 12 trabalhadores de campo nos aspectos operacionais de monitoramento e combate aos focos da praga.

A eliminação de focos da Mosca-da-Carambola no Estado de Roraima contou com apoio da equipe de Educação Sanitária atuante no Estado do Amapá oportunidade em que 133 Agentes Multiplicadores foram formados; 351 servidores institucionais assistiram palestras técnicas sobre as ações de prevenção e combate à praga da carambola; 42 propriedades foram visitadas e 226 famílias foram sensibilizadas a colaborarem no combate à praga; 365 pessoas foram abordadas em terminais rodoviários e rodovias com a distribuição de materiais informativos.

Ações de prevenção ao ataque da praga foram feitas no Estado de Rondônia através de um Curso de Capacitação para 45 servidores da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril daquele Estado.

No Estado do Pará – município de Almeirim – realizado curso de formação para 20 multiplicadores, que atingiram 94 alunos das escolas locais.

CONCLUSÕES

Os destaques da execução do Plano de Monitoramento e

A execução do Plano de monitoramento e erradicação denominado Sul do Amapá no ano de 2011 temos a destacar:

- O significativo aumento da densidade populacional da Mosca-da-Carambola nas áreas de maior ocorrência (Macapá, Santana, Porto Grande; Oiapoque, Itaubal e Calçoene) correspondendo um aumento, em relação a 2010, de 96,75%. O aumento em relação a 2010 foi de 83,94% passando de 50.088 em 2010 para 92.033 em 2011.
- A ocorrência da praga, embora em nível baixo, nos municípios de Pedra Branca , Serra do Navio e Amapá;
- A permanência dos municípios de Macapá, Santana e Oiapoque, como os três municípios de maior infestação da praga e a inclusão deste ano de Porto Grande. Esses quatros municípios responderam por 92,39% da captura do Estado em 2011.
- A ocorrência da praga em um número maior de município em relação ao que fora programado, pois a expectativa era de ocorrência em nove municípios, porém houve constatações em treze, portanto extrapolando o índice estabelecido na programação.
- O desprendimento da equipe técnica da SFA e da DIAGRO, que mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas em 2011, não desanimou na condução de suas atividades de monitoramento e combate á praga.
- O apoio da Coordenação Nacional em busca de recursos orçamentários e financeiros e aquisições de materiais de consumo como: Metil-eugenol, armadilhas, tolula e celotex, que possibilitou desenvolver as atividades do programa no Estado do Amapá .

A classificação da praga Mosca da Carambola em Quarentenária A2, ou seja, de estar presente em área restrita no Brasil, de estar sob controle oficial e ser, reconhecidamente, uma praga de importância econômica, não foram características capazes de fazer a praga receber tratamento diferenciado. Falamos das exigências burocráticas que são em conteúdo, prazos e procedimentos indiferentes às características antes citadas, quer dizer, aplicam-se a qualquer tipo de praga, em qualquer ambiente e a qualquer época.

Apesar da excepcionalidade vivida, especialmente em razão da Intervenção Federal do MAPA na SFA/AP, 2011 demonstrou na prática, a capacidade reprodutiva da praga Mosca-da-Carambola em caso de interrupção, mesmo que breve, nas ações de combate os seus focos.

PROGRAMA: 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**AÇÃO : 4746 - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO , FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS**

– Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, e demais produtos, e subprodutos de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, de alimentos, e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização dos alimentos, e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização do controle de qualidade, a inocuidade e segurança dos alimentos, e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização da classificação dos produtos vegetais, subprodutos, com vistas a verificação dos padrões e normas previstos na Lei 9.972, de 5 de Maio de 2000, e do Decreto nº 6.268, de 22 de Novembro de 2007, combinado com portarias, resoluções e outros pertinentes à atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fábio Fernandes
Unidades executoras	SIFISV/DDA/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
AÇÃO: 4746

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0356				
Denominação		Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Garantir a segurança alimentar				
Objetivos Específicos		Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores				
Gerente		Fabio Florencio Fernandes Responsável: Raimundo Vitorino de Souza				
Público Alvo		Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados		
7.935,85	7.935,85	7.935,85	4.785,85	0	4.785,85	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Produto Fiscalizado (Ton)	01/01/2011	1.500	1.808	100,00	120,53
Fórmula de Cálculo do Índice						
Produto Fiscalizado = [Quantidade Executada / Quantidade Prevista].100 = [1808/1500].100 = 120,53						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado alcançado deveu-se à descentralização dos recursos conforme programado, com fiscalizações especiais em municípios da área sul do Amapá por onde ocorrem importações de produtos vegetais, notadamente do Estado do Pará, visando abastecimento da população residente na área em questão.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIFISV/SFA/AP

AÇÃO 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
Resultados

Padronização, Classificação de Produtos Vegetais

PI - PADCLASSIF

INDICADOR	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2012
Quantidade fiscalizada	PADCLASSIF	Fiscalização Realizada (Unid.)	1500	1500	1808	120,53	1500

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2011, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – IPADCLASSIF foram aplicados conforme quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Quadro 35.2 PI – PADCLASSIF

NATUREZA DA DESPEZA	EMPENHADO R\$	ANULADO R\$	LIQUID. (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	META PREVISTA	META REALIZ.	META A SER REALIZADA EM 2012
33.90.14	6.205,85	2.152,89	4.052,96		1500 (T)	1808 (T)	1500
33.90.30	1.730,00	996,15	733,85				
33.90.33	-		-	-			
33.90.39			-				
TOTAL	7.935,85	3.149,04	4.785,85	-			

FONTE: SIPLAN/ NEOf

Desempenho Operacional - versão 2011

O PI – PADCLASSIF, contempla 7(Sete) metas a serem executadas. Entretanto, no SIPLAN, consta apenas a atividade, QUANTIDADE FISCALIZADA, que engloba os produtos vegetais arroz, feijão e farinha de mandioca, produtos estes que são alvos de fiscalização nos estabelecimentos comerciais, tais como, supermercados, distribuidoras, empacotadoras, e outros estabelecimentos comerciais de média liquidez. Dentre as sete atividades previstas para executar, apenas duas foram executadas, conforme decisão da Coordenadoria Geral de Qualidade Vegetal - CGQV e Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV, ambos sediados em Brasília, as quais se encontram em destaque no quadro abaixo.

As fiscalizações de rotina executadas, foram embasadas na legislação, que contempla a Lei nº 9.972, de 05 de Maio de 2000, em seu Art. 1º, inciso I, e Art.3º, do Decreto nº 6.268, de 22 de Novembro de 2007. Ressaltamos que este ano, não tivemos nenhuma restrição de ordem administrativa e técnica para a execução de nossas ações de fiscalização.

As duas principais metas constantes deste PI que foram: QUANTIDADE FISCALIZADA E FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, que alcançaram um percentual de desempenho de 120,53% e 120%, respectivamente.

As metas do PI - PADCLASSIF, alcançaram um desempenho acima do previsto, conforme quadro demonstrativo abaixo. Quanto aos recursos descentralizados pelo CGQV/DIPOV, os mesmos atenderam a demanda prevista no PI, não tendo nenhuma restrição a registrar.

Principais Indicadores de Desempenho Operacional

Ressaltamos que os 02 (dois) indicadores que estão na dependência de nossa responsabilidade e ação efetiva, apresentaram um resultado eficiente e eficaz, alcançando ambas as metas mais de 100% de resultados. As ações não executadas, estão na dependência e decisão do CGQV/DIPOV/BRASÍLIA, para serem efetivamente executadas pois não dependiam de nossa iniciativa e decisão. Para melhor visualização do resultado de nossas atividades, apresentamos o quadro demonstrativo abaixo:

DESEMPENHO FÍSICO PI - PADCLASSIF EXERCÍCIO: 2011

METAS	PROGRAMADO	EXECUTADO	ALCANÇADO (%)
1Estabelecimentos comerciais Fiscalizados	160	192	120
2-Quantidade fiscalizada	1500 T	1808	120,53
3- Capacitação de técnicos p/ classificação de produtos vegetais	02(cursos)	CGQV/DIPOV/BRA.	-
4- Treinamento de técnicos em fiscalização de produtos vegetais	02 (FFA)	CGQV/DIPOV/BRA.	-
5-Classificação de produtos importados	-	-	-
6-Produtos padronizados fiscalizados	3	3	100

7-Coleta de amostra	10	-	-
---------------------	----	---	---

FONTE: SIFISV

RT / Engº. Agrº/ FFA/ Raimundo Vitorino de Sousa

Eficiência	Produtividade do Serviço na Fiscalização	IPF	192
Eficiência	Custo da Fiscalização	ICF	R\$ 241,44 (p/meta)
Eficácia	Estabelecimentos Fiscalizados	IEF	-

IPF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Total de Fiscais envolvidos
ICF	Recurso Financeiro despendido/N. Estabelecimentos Fiscalizados
IEF	N. Estabelecimentos Fiscalizados/N. Estabelecimentos Registrados

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT- PI - PADCLASSIF 4/4/2012 Raimundo Vitorino de Sousa Data: ____/____/____	Chefe SIFISV Data: ____/____/____	Diretor DDA Data: ____/____/____	Superintendente Data: ____/____/____

PROGRAMA: O356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**AÇÃO : 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL2)**

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal..
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges
Unidades executoras	SIFISV/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
AÇÃO: 8939 INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0356				
Denominação		Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Garantir a segurança alimentar				
Objetivos Específicos		Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores				
Gerente		Helder Moreira Borges Responsável: Alda Lúcia Brabo Alves				
Público Alvo		Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.				
						Em R\$ 1,00
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados		Valores Pagos
Inicial	Final					
21.703,20	21.670,94	19.842,44	19.842,44	-		19.842,44
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Estabelecimento inspecionado (unidade)	01/01/2011	36	38	100,00	105,55
Fórmula de Cálculo do Índice						
Estabelec. Inspecionado = [Quantidade Executada / Quantidade Prevista].100 = [38/36].100 = 105,55						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado alcançado deveu-se à realização de inspeções/fiscalizações em estabelecimentos comerciais basicamente na cidade de Macapá e circunvizinhanças, além do município de Oiapoque na fronteira com a Guiana Francesa. As ações de fiscalização se dirigiram especialmente às indústrias que beneficiam açaí.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Resultados

Inspeção e Fiscalização de Bebidas, Vinhos e Vinagres

AÇÃO : 8939- IPVEGETAL2

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2012
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Bebidas e Vinagres	IPVEGETAL2	Establec. Inspeccionado (Unid.)	36	36	38	105,55	20

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2011, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – IPVEGETAL2 foram aplicados segundo fonte EOF/SFA/AP -Quadro 02.2.

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro 02.2 PI – IPVEGETAL2

NATUREZA DA DESPEZA	EMPENHADO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUID. (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	META PREVISTA INSPEC.	META REALIZ. INSPEÇÃO	META A SER REALIZADA EM 2012
33.90.14	5.080,80	1.858,50	3.222,30		36	38	20
33.90.30	6.690,00	2,26	6.687,74	-			
33.90.33	5.032,40	-	5.032,40	-			
33.90.39	4.900,00	-	4.900,00	-			
TOTAL	21.703,20	1.860,76	19.842,44	-			

Fonte: NEOF/SFA/AP

Desempenho Operacional - versão 2011

Para este programa a SFA/AP através do SIFISV/DDA/SFA/AP, desenvolveu ações de Inspeção voltadas para área de bebida e vinagre, com Inspeção higiênico-sanitário dos estabelecimentos produtores de bebidas e matérias primas como polpa de frutas e refrigerantes objetivando assegurar a qualidade e inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano.

A inspeção em estabelecimento produtores é considerada para o MAPA o processo mais importante para avaliação do processo produtivo, segundo Cronograma Físico e Financeiro – Cadastro - SIPLAN.

Principais Indicadores de Desempenho Operacional

Atualmente, o Indicador utilizado para o SIPLAN é: LVA/LVP, onde LVA = Lista de verificação Aplicada e LVP = Lista de verificação Programada.

O Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, no exercício 2011 registrou a realização de 38 inspeções, sendo 13 em estabelecimentos que produzem bebidas com registro através da Lista de Verificação documento fiscal (LVs), onde se avalia o processo de produção e 25 inspeções em estabelecimentos comerciais sem LVs.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos no ano de 2011 PI IPVEGETA2, previsto no SIPLAN, apenas um produto - Estabelecimento Inspeccionado com LVs.
Nome/Tipo do Indicador :

- 1- Eficácia
- 2- Eficiência
- 3- Efetividade

Indicador	Desempenho da Execução Física		
Objetivo do indicador	Avaliação de desempenho operacional		
TIPO	Eficácia		
Área responsável	CGVB/SDA		
Fórmula de cálculo e método de medição	Ec = LVA/LVP Total de Inspeção Programado : 36 Total de Inspeção Realizada : 21		
Fontes nos dados	SIPLAN = 36		
Evolução dos dados do Indicador			
Meta para exercício 2011	Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009
1,05	0,58	-	-

Análise crítica do Resultado do Indicador em 2011.

O resultado de 2011 mostra a produção em relação aos índices de eficácia praticados pela área de inspeção de bebidas ao longo do ano. O indicador é consolidado em função das empresas produtoras de bebidas inspecionadas, porém as atividades de inspeção, com frequência se diferenciam do modelo proposto estendendo com frequência para a área do comércio de bebidas. Concluimos que há necessidade de revisão das metas para os próximos programas no SIPLAN.

Nome do Indicador	Índice de custo das inspeção
Objetivo do indicador	Aferir os gastos com o conjunto das atividades que envolvam a Inspeção na indústria
TIPO	Eficiência - Ef
Área responsável	CGVB/SDA
Fórmula de cálculo e método de medição	$Ef = Ec \times Op/Oe$ Ef = eficiência OP = Orçamento programado p/ atividade de inspeção (R\$ 13.894,99) Oe = Orçamento realizado na execução do conjunto de processo de suporte a atividade de inspeção (R\$ 9.910,04)
Fontes nos dados	SIPLAN

Evolução dos resultados do Indicador

Meta para o exercício de 2011		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2010	2009
36	0,81	-	-

AÇÃO: 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1

Quadro I – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidades executoras	SIFISV/DDA/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO
AÇÃO: 2179

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0375				
Denominação		Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio				
Objetivos Específicos		Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores				
Gerente		José Neumar Francelino Responsável: Liliam Pastana Monteiro				
Público Alvo		Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
13.437,10	13.436,14	12.903,73	12.903,73	-	12.903,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização realizada (nº)	01/01/2011	52	52	52	57
Fórmula de Cálculo do Índice						
Índice de Fiscalização = [Fiscalizações realizadas / Fiscalizações previstas].100 [57/52].100 = 109,62						
Análise do Resultado Alcançado						
Todos os segmentos fiscalizados apresentaram inadequações que foram anotadas em autuações notadamente para Responsáveis Técnicos de viveiros por falta de emissão de relatórios e para Comerciantes de sementes sem registro no RENASEM. As autuações propiciaram a elevação na quantidade de legalizações de viveiristas e comerciantes.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIFISV/SFA/AP

2.3.4 - Abrangência de Desenvolvimento da Ação – PI FISCALSEM1 – SIFISV/SFA/AP-MAPA

AÇÃO: 2179

ABRANGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO – PI FISCALSEM	NÚMERO
- Produtor de Sementes Inscritos no RENASEM	1
- Produtor de Mudanças Inscritos no RENASEM	17
- Comerciantes de Mudanças	10
- Comerciante de Sementes	10
- Responsáveis Técnicos Credenciados no RENASEM	21
- Jardim Clonal	1
- Borbulheira	1

- Campo de Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada	2
--	---

Fonte: SIFISV/SFA/AP

O Estado do Amapá apresenta peculiaridades como sua posição estratégica, estações climáticas bem definidas, entretanto, esta mesma posição por outro é condição limitante ao avanço da fronteira agrícola e ao desenvolvimento do Setor Primário. É bem verdade que esta característica vem mudando; com a chegada de novos investidores com perfis voltados para a agricultura moderna e tecnificada, onde o emprego de insumos modernos requer uma readequação da Ação Fiscal visando assegurar a oferta de insumos de qualidade que associados promoverão boa produtividade e ganhos econômicos às atividades agrícolas implementadas.

O Quadro II especifica as atividades desenvolvidas e regularizadas no RENASEM. As atividades de Jardim Clonal, Borbulheira e Campo de Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada vêm sendo desenvolvidas, entretanto, não se encontram devidamente regularizadas no Sistema RENASEM, a fiscalização já repassou toda orientação necessária para o atendimento às exigências legais.

Resultados

Fiscalização de Sementes e Mudas

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2012
2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas	FISCALSE M1	Fiscalização Realizada (Unid.)	52	52	57	109,62	113

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2011, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – FISCALSEM1 foram aplicados segundo fonte NEOF/SFA/AP -Quadro 02.2.

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro .III PI – FISCALSEM1

NATUREZA A DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDA R (R\$)	META PREVI STA FISCA LIZ.	META REALIZAD A FISCALIZ.	META A SER REALIZAD A EM 2012
33.90.14	4.957,10	532,41	4.424,69	-			
33.90.30	660,00	0,96	659,04	-			
33.90.33	4.100,00	-	3.384,24	715,76			
33.90.39	3.720,00	-	-	3.720,00			
TOTAL	13.437,10	533,37	8.467,97	4.435,76			

Fonte: SEOF/SFA/AP

2.4 - Desempenho Operacional - versão 2011

PROGRAMAÇÃO FÍSICA – PI FISCALSEM – POA/2011

Quadro .IV – PROGRAMAÇÃO FÍSICA - PI – FISCALSEM1

PROGRAMAÇÃO FÍSICA - DISCRIMINAÇÃO	UNID.	META PREVISTA FISCALIZ.	META REALIZADA FISCALIZ.	META A SER REALIZADA EM 2012
- Inscrição e Credenciamento no RENASEM	Nº	-	06	-
- Fiscalização de Produtor de Mudass	Nº	31	08	22
- Fiscalização de Produtor de Sementes	Nº	01	-	04
- Fiscalização de Estabelecimentos que Comercializam Semente	Nº	10	30	37
- Fiscalização de Estabelecimentos que Comercializam Mudass	Nº	10	15	13
- Fiscalização de Responsáveis Técnicos	Nº	17	04	28

- Fiscalização de Jardim Clonal	Nº	02	-	03
- Fiscalização de Borbulheira	Nº	04	-	03
- Fiscalização de Campo de Planta sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	-	01

Fonte: SIFISV/SFA/AP

A execução das Metas Físicas do PI FISCALSEM 1 foi afetada basicamente por dois fatores:

O primeiro por grave doença que motivou o afastamento do Responsável Técnico do Plano Interno ainda em meados do exercício 2011. as ações tiveram continuidade com a chegada de uma Fiscal Federal Agropecuária que, por processo de remoção e mesmo sem grande experiência na atividade, e sem treinamento específico, retomou as atividades do PI FISCALSEM centrando suas ações na Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças.

A meta do SIPLAN – Fiscalização Realizada foi cumprida no percentual de 109,62%, considerando prioritariamente a Fiscalização do Comércio, servindo a mesma para identificar vários estabelecimentos e entidades que encontram-se com status de irregularidade perante às exigências legais; todas as orientações foram repassadas para sanar estas pendências, e que sendo atendidas ampliarão o raio de atuação da Fiscalização nas Atividades de Sementes e Mudanças no âmbito do Estado do Amapá.

O segundo face à decretação da Intervenção Federal do MAPA na SFA/AP. Embora a substituição do Responsável Técnico do PI FISCALSEM tenha atendido recomendações da Coordenação de Ação Nacional, as apurações e comprovações para atender determinações do Tribunal de Contas da União ou às iniciativas do Interventor Federal, acabaram por consumir significativa parte do tempo útil da área de apoio (ou administrativa), o que ampliou as dificuldades para o atendimento das demandas da área técnica (na área de apoio de transportes por exemplo) e, assim, parte das fiscalizações deixou de ser feita especialmente

2.5 - Dificuldades Enfrentadas na Execução das Ações

Foram várias as dificuldades encontradas e que afetaram a execução das ações no PI FISCALSEM 1, dentre estas podemos citar:

1. Falta de treinamentos específicos em Sistemas, em processos de Fiscalização das diversas atividades como: Produção de Sementes, Produção de Mudanças, Uso de Sementes e Mudanças, etc;
2. Nível de organização processual do PI FISCALSEM 1 na SFA/AP;
3. Baixa descentralização de recursos para execução das metas programadas;
4. Inexistência de estrutura administrativa na superintendência para contratar serviço de correio, adquirir materiais de consumo e permanente, fornecedor de combustível, conserto de veículos, etc;
5. Irregularidade documental da frota de veículos da superintendência, o que impossibilitou a realização dos deslocamentos, o cumprimento das metas físicas e o baixo percentual de execução financeira;

Além dos fatores acima relacionados temos que considerar que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Amapá apresenta aspectos de cunho físico e gerencial que afetam diretamente o bem estar e a produção dos servidores como um todo. A estrutura física da superintendência é muito antiga e hoje não é mais capaz de oferecer o mínimo de conforto e bem estar aos servidores aqui lotados; no SIFISV/SFA/AP o espaço físico disponível não permite mais a inserção de mesas, arquivos, e outros materiais indispensáveis à organização documental e o bom andamento das ações.

As centrais de ar não sofrem limpezas ou manutenção há muito tempo, pois não existem contratos com esta finalidade. As ações fiscais ficam sem continuidade e andamento por falta de contrato com os correios - a recusa na assinatura dos termos fiscais preconizam o envio do mesmo por meio de Aviso de Recebimento – AR.

Não existe disponibilidade de água potável para os servidores tomarem, a água ofertada é oriunda de caixa d'água que há muito tempo não sofre limpeza ou cloração, com o agravante que os bebedouros de água servem de criatório para a larva do mosquitos e outros insetos, o que limita o consumo humano.

Apesar de termos contrato com empresa de limpeza, o serviço não é prestado a contento, os banheiros não são limpos condignamente. A copa depõe contra o que se propõe o Ministério da Agricultura no que se refere à higiene e boas práticas. A sala do SIFISV apresenta presença de ratos, comprovado através da presença de fezes em cima das mesas, armários, etc; o que retrata a inexistência de cuidados ambientais. Da mesma forma, a presença de focos de agentes transmissores de doenças, comumente colocam os servidores em risco de serem acometidos por doenças tropicais.

É um contra-senso uma representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que fiscaliza o cumprimento das normas de higiene, boas práticas etc estar instalada e funcionando num ambiente tão deprimente e impróprio; isto depõe contra a moral dos nossos objetivos e nos deixa refém dos nossos tão cobrados fiscalizados.

Principais Indicadores de Desempenho Operacional

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei 10.711 de 05/08/03 e Decreto 5.153 de 23/07/04, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, além de legislações complementares.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2011.

O projeto FISCALSEM 1 tem previsto no PPA, apenas um produto - : Fiscalização Realizada.

Memória de Cálculo

1- EFICÁCIA – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISCALSEM

Fórmula: $E_c = (TFR / TFP)$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do SIPLAN

$$E_c = 57 / 52 = 1,096$$

2- EFICIÊNCIA – Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula: $E_f = E_c \times Op / Oe$

E_c= Eficácia

Op= Orçamento programado para a atividade de fiscalização

Oe= Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$$E_f = E_c \times Op / Oe$$

$$E_f = 1,096 \times \frac{22.401,20}{13.437,10}$$

$$E_f = 1,096 \times 1,667$$

$$E_f = 1,827$$

3- EFETIVIDADE – Está diretamente vinculado ao índice de conformidade de Sementes e Mudanças Analisadas. Como no ano de 2011 não foi programado nenhuma coleta de sementes, optamos por trabalhar com o seguinte índice:

$IC_{sm} = 1 - P_{smA} / P_{smF}$

IC_{sm}= Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças

P_{smA}= Produtores de Sementes e Mudanças Autuados

P_{smF}= Produtores de Sementes e Mudanças Fiscalizados

$$IC_{sm} = 1 - 1 / 1$$

$$IC_{sm} = 0$$

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT FISCALSEM 1	Chefe SIFISV	Divisão de Defesa Agropecuária	Superintendente
LÍLIAM PASTANA MONTEIRO Fiscal Federal Agropecuário SIFISV/SFA/AP	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____
Data: ____/____/____			

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP	130100	130100

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares		NÃO SE APLICA					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

Análise crítica: As operações realizadas estão descritas no quadro A.2. 13

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos SE/GCOF	130100	SAD				
			20128036045720001 CAPACITA		29.094,34		
			20122075047160001 MANUTSFAS		647.414,99		
			TOTAL-SE		676.509,33		
	Recebidos SDC/GCOF	130100	DIPDAG				
			2012260032B170001 FISCONTRATO		0,00		
			20122144222720001 GAPSDC		255,61		
			20128144286220001 PROMOCOOP2		447,51		
			TOTAL-SDC		703,12		
	Recebidos SDA/GCOF	130100	SIFISA				
			20604035748420001 FEBREAFTOS		122.419,44		
			20604035721810001 FISCANIMAL2		4.067,64		
			20125037521240001 FISCINAN		7.154,41		
			20125037521410001 FISFECOI		7.965,17		
			20125037521400001 FISPROVET1		5.352,54		
			20125035689380001 INSPANIMAL3		12.597,90		
			20604035786580001 PCEANIMAL		8.103,91		
			SUB-TOTAL		167.661,01		
			SIFISV				
			20125144247200001 CERTORGAN1		3.611,09		
			20603035747380001 ERRADMOSCA1		1.738.800,76		
			20125037529090001 FISAGROTOX		4.952,30		
			20125037521790001 FISCALSEM1		8.467,97		
			20603035721800001 FISCPLANTA2		1.729,43		

			20125035689390001 IPVEGETAL2			8.437,63	
			20125035647460001 PADCLASSIF			5.780,81	
			TOTAL-SDA			1.771.779,99	
			DDA				
			20603035721340001 VIGIFITO1			10.712,26	
			TOTAL-SE			10.712,26	
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos	130100	SDA	750.400,00			
			TOTAL	750.400,00	NÃO SE APLICA		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	NÃO SE APLICA					

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJValores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	NÃO SE APLICA			
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

1..1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJValores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa			NÃO SE APLICA					
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	NÃO SE APLICA							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	117.115,15	117.115,15	100.880,75	100.880,75
Tomada de Preços	129.236,32	129.236,32	129.236,32	129.236,32
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.894.518,89	3.440.944,31	4.445.196,56	2.151.867,82
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	498.778,23	263.288,30	341.687,72	176.105,52
Inexigibilidade	6.242,06	13.342,88	5.431,94	9.227,83
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	9.990,00	1.713,42	9.990,00	1.713,42
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.759.110,96	173.104,58	1.704.316,00	173.104,58
Outras				

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de desp.								
2º elemento de desp.			SERÁ INFORMADO PELO MAPA					
3º elemento de desp.								
DEMAIS								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de desp.								
2º elemento de desp.			NÃO SE APLICA					
3º elemento de desp.								
DEMAIS								
3- Outras Despesas Correntes								
339033	144.330,85	1.119.995,72	91.046,57	1.119.995,72		426.238,73	91.046,57	1.115.792,76
339037	478.153,70	485.500,00	478.126,34	485.500,00		16,73	478.126,34	427.379,05
339039	2.040.275,47	2.869.973,19	1.796.711,87	2.869.973,19		49.181,86	1.796.711,87	2.839.236,06
DEMAIS	541.217,53	2.939.522,70	262.480,93	2.939.522,70		130.070,23	262.480,93	2.364.331,42

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4490.52	750.400,00	355.789,28	-	799,75	750.400,00	354.989,53	-	799,75
2º elemento de desp.								
3º elemento de desp.								
DEMAIS								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de desp.								
2º elemento de desp.								
3º elemento de desp.								
DEMAIS								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de desp.								
2º elemento de desp.								
3º elemento de desp.								
DEMAIS								

Fonte: SIAFI/SIAFI
 S.DAC/CCONT/SPOA

3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
130100					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					
Em nossa UJ, não foram apresentadas saldo nas contas do passivo.					
Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP					

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	455.432,98	2.824,67	452.608,31	-
2011	70.037,69			
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.357.341,80	85.615,53	1.249.899,70	21.826,57
2011	1.651.718,37			
...				
Observações:				

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/11

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	108	108	8	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	101	101	8	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários.	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	108	108	8	-

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

**QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ –
SITUAÇÃO EM 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2012.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	6	6	6	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	6	6	6	6
1.2.1. (1) Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	5	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	11	11	11	11
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11	11	11	11
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	17	17	17	17

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

(1) Cargo vago de Superintendente

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo.	-	1	28	61	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	28	61	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	6	12	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	3	3	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	3	9	-
3. Totais (1+2)	-	1	34	73	13

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	11	18	21	40	25	1	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	11	18	21	40	25	1	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	1	4	1	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	2	1	1	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	9	2	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	11	18	21	41	29	2	2	1

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2011.

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12/11	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	15	1
1.1 Voluntária	15	1
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	14	-
2.1 Voluntária	14	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	29	1

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/11	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	50	2
1.1. Integral	50	2
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	50	2

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/11**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/11	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	50	2
1.1. Integral	50	2
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	50	2

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	5	5	32.823,58
1.1 Área Fim	3	3	3	3	
1.2 Área Meio	2	2	2	2	
2. Nível Médio	4	4	4	4	14.267,62
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	4	4	4	4	
3. Total (1+2)	9	9	9	9	47.091,20

Fonte: SGP/SAD/SFA/AP

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO - AMAPA

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	3.316.794,05	2.425,23	2.782.094,13	381.614,30	321.245,29	49.531,00	14.304,95	-	-	6.868.008,95
	2010	2.934.192,87	489,87	2.732.396,67	330.280,99	303.481,27	60.343,00	26.618,08	8.000,00	21.702,48	6.417.505,23
	2009	2.389.680,46	1.141,41	2.289.051,44	266.568,29	143.492,86	-	8.797,35	-	44.397,56	5.143.129,37
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											

Exercícios	2011	358.024,34	-	46.430,74	-	23.280,34	8.355,00	-	-	-	436.090,42
	2010	196.300,11	-	19.385,89	-	17.787,27	5.095,00	-	-	1.630,32	240.198,59
	2009	151.592,04	-	15.919,34	-	7.510,75	-	1.260,91	-	-	176.283,04
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	400.718,94	81.447,65	401.079,28	48.820,30	23.066,51	15.781,06	4.661,86	-	3.682,54	979.258,14
	2010	490.526,94	113.372,46	398.593,66	36.757,53	30.164,56	10.527,03	-	-	1.064,64	1.081.006,82
	2009	440.446,02	120.759,71	395.176,11	35.505,47	12.831,28	698,44	-	-	2.129,28	1.007.546,31
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	544.486,83	60.039,09	165.686,02	16.232,05	44.554,94	12.922,70	-	-	532,32	844.453,95
	2010	544.486,83	60.039,09	165.686,02	16.232,05	44.554,94	12.922,70	-	-	532,32	844.453,95
	2009	439.130,60	53.555,19	171.567,47	21.245,89	23.173,10	368,43	-	-	3.332,68	712.373,36

Fonte: SPG/SAD/SFA/AP

	Anos	Total	Média Mês
	2011	9.127.811, 46	760.650,96
	2010	8.583.164, 59	715.263,72
	2009	7.039.332, 08	586.611,01
Exercícios			

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ-SFA/AP.									
CNPJ: 00.369.895/0034-93					UG/GESTÃO: 130100				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	106749/2010	P.M.SERRA NAVIO	201000,00	6000,00	201000,00	201000,00	17.02.10	18.05.11	1
2	071080/2010	P.M.OIAPOQUE	100000,00	2500,00	100000,00	100000,00	11.06.10	11.06.12	1
2	069603/2010	P.M.LARANJAL DO JARÍ	308550,00	6250,00	308500,00	308500,00	21.06.10	21.06.11	1
2	069057/2010	P.M.MACAPÁ	328550,00	26300,00	328550,00	328550,00	01.07.10	01.07.11	1
2	068835/2010	P.M.CALÇOENE	298469,39	5969,39	298469,39	298469,39	28.10.10	30.03.12	1
2	068801/2010	P.M.LARANJAL DO JARÍ	298000,00	5960,00	298000,00	298000,00	16.08.10	16.08.11	1
2	062319/2010	GOV.DO EST.AP	812500,00	81250,00	812500,00	812500,00	15.12.10	15.12.12	1
2	057598/2010	P.M.CUTIAS	497500,00	10000,00	497500,00	497500,00	29.06.10	23.06.11	1
2	055632/2010	P.M.SANTANA	423913,04	33913,04	423913,04	423913,04	01.06.10	30.05.11	1
2	053031/2010	P.M.PORTO GRANDE	100000,00	2500,00	100000,00	100000,00	01.06.10	31.05.11	1
2	050166/2010	P.M.TARTARUG ALZINHO	995000,00	20000,00	995000,00	995000,00	30.04.10	30.04.11	1
2	045109/2010	P.M.MACAPÁ	529900,00	42400,00	529900,00	529900,00	01.08.10	01.08.11	1
2	035523/2010	P.M.LARANJAL DO JARÍ	248750,00	5000,00	248750,00	248750,00	07.10.10	07.10.11	1
2	053195/2010	P.M.PORTO GRANDE	100000,00	2500,00	100000,00	100000,00	01.06.10	31.05.11	1
2	059724/2009	GOV.DO EST.AP	217216,00	22223,00	217216,00	217216,00	31.12.09	30.05.11	1
2	059668/2009	GOV.DO EST.AP	217223,00	22223,00	217223,00	217223,00	30.12.09	30.05.11	1
2	059295/2009	GOV.DO EST.AP	325834,00	33334,00	325834,00	325834,00	30.12.09	30.05.11	1
2	097683/2008	P.M.SANTANA	107250,00	9.750,00	107250,00	107250,00	09.12.08	09.07.11	1
2	097682/2008	P.M.SANTANA	429.000,00	39.000,00	429.000,00	429.000,00	09.12.08	09.07.11	1
2	094854/2009	GOV.DO EST.AP	114.889,67	17.389,67	114.889,67	114.889,67	19.12.08	30.03.11	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DPDAG/SFA/AP

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ – SFA-AP						
CNPJ: 00.369.895/0034-93						
UG/GESTÃO: 130100						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	01	02	15	220.650,00	3.568.977,40	6.491.262,00
Contrato de Repasse	13	17	06	2.306.000,00	6.094.082,00	1.371.548,00
Termo de Parceria	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Termo de Cooperação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Termo de Compromisso	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Totais	14	19	21	2.526.650,00	9.663.059,83	7.862.810,00

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ – SFA-AP					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	16	3.336.969,39	-	3.336.969,39	-
Termo de Parceria	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Termo de Cooperação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Termo de Compromisso	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Totais	16	3.336.969,39	-	3.336.969,39	-

Fonte: DPDAG/AP

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, (1) termos de cooperação e contratos de repasse.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ					
CNPJ: 00.369.895/0034-93				UG/GESTÃO: 130100	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	06
		Montante Repassado		-	1.255.314,04
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	16
			Montante Repassado (R\$)	-	5.442.525,71
2010	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	02	17
			Montante Repassado (R\$)	3.568.977,40	6.094.082,43
2009	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	15	06

		Montante Repassado (R\$)	6.491.262,00	1.371.548,00
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	06
		Montante Repassado (R\$)	8.835.210,94	1.923.251,10

Fonte: DPDAG-AP

(1) Termo de Cooperação não se aplica

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ					
CNPJ: 00.369.895/0034-93				UG/GESTÃO: 130100	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	06
		Montante repassado (R\$)		-	1.255.314,04
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	06
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	Não se aplica	Não se aplica
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		02	17
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		Não se aplica	Não se aplica
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)		3.568977,40	6.094.082,43
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-

	Contas NÃO analisada	Quantidade de TCE	Não se aplica	Não se aplica
		Quantidade	15	06
		Montante repassado	6.491,262	1.371.548,00
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisada	Quantidade	05	06
		Montante repassado	8.835.210,94	1.923.251,10

Fonte: DPDAG/AP

6.3 Análise Crítica

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

- Não há prestação de contas analisado-reprovadas, quando ocorre alguma improficiência na apresentação das peças de prestação de contas e etc., a Conveniente é solicitada a proceder as correções devidas.
- Existem casos em que a emenda parlamentar é aprovada, mas a Conveniente beneficiária está em situação de pendência de algum documento junto a CEF/AP (CAUC); esta, por conseguinte, contingencia o recurso previsto, até que a conveniente regularize tal situação para os procedimentos subsequentes.
- Rotina, a CEF-AP detém as informações sobre as **contas analisadas e não analisadas, aprovadas e não aprovadas**.
- Findo a vigência, os documentos comprobatórios das peças de Prestação de Contas finais são encaminhados diretamente da Conveniente para a Caixa Econômica Federal para as análises/aprovação pertinentes.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DPDAG/AP

Especificação

- Acompanhamento da execução do Convênio diretamente celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Institucional - IBDI/PE, no valor de R\$ 220.650,00 sendo R\$ 200.000,00 – UG/Concedente e R\$ 20.650,00 – UG/Conveniente.

Objetivo: Apoiar o projeto de desenvolvimento competitivo da cadeia produtiva do açaí no Estado do Amapá, especificamente, com os produtores de açaí em Mazagão Velho (Foz do Mazagão).

Vigência: término em 17/09/2011.

- Participação/acompanhamento da execução do calendário oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias Municipais e, Estadual.

- Cadastramento e assessoramento técnico do sistema de transferência voluntária/operacional do SICONV às instituições públicas e privadas.
- Participação efetiva em Comissões estaduais: Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias - GCEA; Comissão Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável- CEDRS.
- Coleta /divulgação de dados pluviométricos – estação climatológica de Macapá nº 82098 – 2º DISME.

SITUAÇÃO DA GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

Breves comentários

Cabe à Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário a competência de proceder a orientação, a sugestão de propostas aos parlamentares, analisar, acompanhar e realizar a fiscalização da execução de planos de trabalho, de convênios e contratos de repasse.

No exercício de 2011, ainda em decorrência da situação de muita inadimplência de alguns órgãos voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo, o DPDAG/SFA-AP, atendeu especificamente as atividades de acompanhamento e execução de contratos de repasses.

Os contratos de repasses, tem importância significativa no contexto de desenvolvimento dos municípios, principalmente porque as dotações descentralizadas pelo Estado aos municípios(Fundo de Participação Municipal - FPE), na maioria das vezes, não permite que os gestores municipais possam executar projetos de investimentos necessários às comunidades; daí então, que qualquer aporte financeiro oriunda das emendas descentralizadas ajuda sobremaneira.

Persiste, a falta de capacidade executiva e o desconhecimento dos aspectos operacionais e técnicos, que tem sido fatores negativos a uma adequada execução das transferências financeiras recebidas. Alguns contratos de repasse face as suas pendências (CAUC) junto ao órgão financeiro (CEF/AP) ainda não tiveram iniciadas suas execuções; alguns contratos permanecem com pendências e por isto não iniciaram suas execuções seus Planos de Trabalho no exercício.

Persiste ainda as indicações de emendas parlamentares em maior número de propostas efetuadas para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas (patrulha motomecanizada), como também a falta de direcionamento dos parlamentares para a proposição/indicação de outros pleitos de interesse comunitário, apesar das sugestões que o Setor apresenta

Todos os municípios, Secretarias de Estado e considerável número de Instituições privadas estão cadastrados no sistema **SICONV**. Reiteramos a necessidade constante de capacitação/treinamentos aos operadores do Sistema na SFA/AP (analista técnico da concedente e cadastrador de proponentes), visto que no Estado, somente a SFA-AP/DPDAG promove o cadastramento/recadastramento de convenientes, além das orientações pertinentes sobre a operacionalização no sistema de transferências de recursos do governo federal através do sistema – SICONV (não há outros servidores treinados nos demais órgãos federais no Estado, ou não querem). Muitas vezes as alterações/inclusões e algumas modificações que ocorrem no próprio Sistema, não são repassadas de pronto ao Setor, daí certas dificuldades que ocorrem durante o trabalho. Falta-nos mais capacitação.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA-AP
Divisão de Produção, Política e Desenvolvimento Agropecuário
DPDAG/AP



Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e atualização de dados no SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, Sebastião Paulo de Souza, CPF/MF 327389607-82, Chefe do Sesag/DPDAG nesta Superintendência Federal de Agricultura no Amapá, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes aos Contratos de Repasse sendo estes geridos pela Caixa Econômica Federal/GIDUR/MC-AP, onde analisamos as propostas das entidades convenientes e fiscalização final da conclusão dos Planos de Trabalho firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.309 de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Esclarecemos outrossim, que os Convênios propriamente, são formalizados diretamente pelos Órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade dos Setores desta Unidade Gestora diretamente envolvidos no acompanhamento e execução dos pleitos.

Macapá/AP, 16 de março de 2012.


Sebastião Paulo de Souza
Chefe do Sesag/DPDAG/SFA-AP



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO.
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
Serviço de Apoio Administrativo

DECLARAÇÃO.

Declaramos para todos os fins, que as informações referentes a Contratos e Convênios ou outros instrumentos congêneres, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração – SIASG.

Macapá - AP., 27 de Março de 2012.


Benedito Goulart
Chef. do SAD/SPA/AB
Port. N°537 de 05/07/11

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	22	24
	Entregaram a DBR	2	22	24
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SAD/SFA/AP

8.2 Análise Crítica

Não houve nenhum servidor que deixou de entregar a DBR nesta UJ;
A unidade interna de recebimento das DBRs é a Seção de Gestão de Pessoas;
Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento;

As DBRs são entregues em uma forma de papel;
Até o ano de 2011 não foi feita nenhuma análise por esta UJ nesse sentido e as DBRs são condicionadas em uma pasta com identificação até o ano posterior e depois são transferidas para a pasta funcional dos servidores.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade



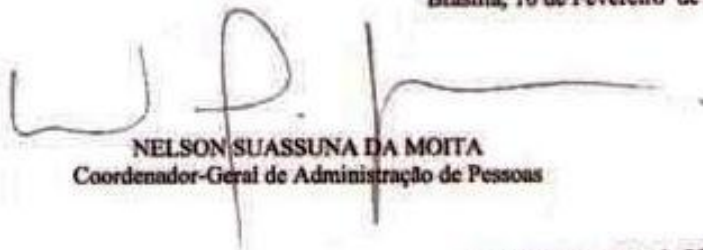
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

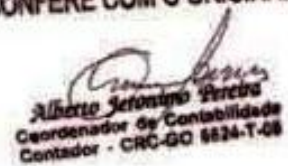
Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
 Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
 Coordenador de Contabilidade
 Contador - CRC-GO 8824-T-08

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.						X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.						X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Considerando o momento de INTERVENÇÃO que atravessa esta Superintendência Federal de Agricultura no Amapá, em consequência dos últimos acontecimentos no ano de 2011, estamos dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos nesta SFA, no sentido de proporcionar uma reformulação geral, tanto em sua área funcional, quanto na área organizacional, para que esta SFA/AP, retorne as suas atividades normais. As avaliações acima, foram feitas em uma reunião através de consenso com os setores vinculados ao Serviço Administrativo desta SFA/AP.,					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de		X			

<i>limpeza biodegradáveis).</i>					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? - Economia no consumo de energia através de lâmpadas econômica				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? - As informações são repassadas aos servidores através de suas chefias “in loco”, para os cuidados devidos na economia de água e energia elétrica.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Espacial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF-AP.		
	Município 1 - Macapá	01	02
	Município 2 – Laranjal do Jarí	01	01
	Município “n”	02	03
	UF “n”		
	Município 1		
	Município 2		
	Município “n”		
Subtotal Brasil		02	03
EXTERIOR	PAÍS 1		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADO DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Não tem	
	Município 1		
	Município 2		
	Município “n”		
	UF “n”		
	Município 1		
	Município 2		
	Município “n”		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS 1		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		

	PAÍS “n”		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
	Subtotal Exterior		
	Total (Brasil + Exterior)		

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB-RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130100	06050001.500-7	Termo de Entrega	4	131.769,62	26.06.2001			
130100	061300010500-7	Termo de Entrega	6	145.274,51	08.04.2002			
Total								

Análise Crítica:

Temos dois imóveis em nome da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá, um no Município de Laranjal do Jarí, e o outro no Município de Macapá, onde funciona a sede da Superintendência, ambos carecendo de reformas, o prédio sede, já não atende mais as suas necessidades físicas, em razão do novo Organograma Funcional, existem um terceiro imóvel no Município do Oiapoque, onde funciona o Posto de Vigilância Agropecuária desta Superintendência, que está em processo de transferência para esta UJ. Apesar da necessidade de reforma na parte hidráulica, elétrica e pintura e apesar da necessidade de um espaço físico (ampliação) maior, vamos adequando as nossas atividades operacionais e funcionais nesta SFA/AP.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01-Terceirizado				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Para viabilizar metas e objetivos organizacionais, a informática exige aprimoramento constante, determinando interesse pela pesquisa em busca de novas técnicas em desenvolvimentos e aplicabilidade daquelas já existentes nesta UJ. A análise dos quesitos, foram efetuados pelo Técnico do Setor de Informática que é terceirizado em conjunto com o servidor e chefe do Setor Administrativo desta SFA.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
---	--	--	--	--	--

Fonte: TI/SAD/SFA/AP

13. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 130100		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALAIN CANDIDO DA COSTA	209569752-91	2.000,00	-	885,72	885,72
JOSE ELI VIANA DE SOUSA	316283892-49	2.000,00	-	827,70	827,70
Total utilizado pela UG			-	1.713,42	1.713,42
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	-	2	1.713,42	1.713,42
2010	1	2.300,00	3	7.666,03	9.966,03
2009	2	7.500,00	4	3.951,45	11.451,45

Fonte: SEOF/SAD/SFA/AP

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/AP			130100
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n°	006624/T-8 GO

Fonte: Secont/MAPA

ANEXOS

SETOR RESPONSÁVEL: SIFISA/SFA/AP
Referente à Ação 4842

Tabela I - Resultado da II Etapa de Vacinação contra febre aftosa – Nov/Dez 2011

Municípios	Bovinos/Bubalinos Existentes 2009-IBGE	Bovídeos vacinados/2 011	Índice vacinal	Propriedades
Serra do Navio	1.506	581	39%	31
Amapá	54.745	37.505	69%	145
Pedra Branca do Amapari	3.730	1.355	36%	100
Calçoene	13.903	11.671	84%	138
Cutias	58.089	51.375	88%	127
Ferreira Gomes	10.051	3.884	39%	90
Itaubal	15.287	16.229	106%	55
Laranjal do Jari	4.431	2.995	68%	49
Macapá	44.610	67.166	151%	497
Mazagão	10.112	7.280	72%	159
Oiapoque	6.919	3.291	48%	38
Porto Grande	9.421	3.750	40%	114
Pracuúba	22.677	16.563	73%	106
Santana	13.112	7.344	56%	129
Tartarugalzinho	33.218	34.450	104%	333
Vitória do Jari	5.101	3.498	69%	84
Total	306.912	268.937	88%	2195

Fonte: DIAGRO/AP

Tabela II - Resultado das Operações Agulha Oficial 2009 e 2010

Municípios	Bov/Bub Existentes 2008 - IBGE	Bov/Bub Existentes 2009-IBGE	Bovídeos vacinados Agulha Oficial 2009	Bovídeos vacinados Agulha Oficial 2010	Índice Vacinal 2009	Índice Vacinal 2010	Propriedade s Bov/2009	Propriedades Bov/2010
Amapá	33.830	54.745	33.628	32.626	61%	60%	134	138
Tartarugalzinho	45.496	33.218	30.026	38.100	90%	115%	341	309
Calçoene	13.808	13.903	10.299	13.823	74%	99%	126	136
Oiapoque	5.395	6.919	3.857	3.722	56%	54%	59	32
Laranjal do Jari	3.177	4.431	3.177	2.321	72%	52%	61	46
Ferreira Gomes	7.051	10.051	3.720	8.655	37%	86%	84	84
Porto Grande	10.137	9.421	6.693	5.574	71%	59%	166	114
Vitoria do Jari	4.623	5.101	3.327	3.927	65%	77%	85	83
Cutias	66.109	58.089	52.821	67.694	91%	117%	129	117
Santana	8.671	13.112	7.057	7.871	54%	60%	84	99
Macapá	64.664	44.610	58.082	44.429	130%	100%	494	447
Serra do Navio	641	1.506	548	437	36%	29%	28	18
Pracuuba	16.289	22.677	16.289	14.397	72%	63%	108	93
Pedra Branca do Amapari	3.116	3.730	2.145	1.657	58%	44%	73	63
Mazagão	9.295	10.112	9.295	8.092	92%	80%	157	148
Itaubal do Piriirim	24.591	15.287	21.117	29.956	138%	196%	120	154
Total	316.893	306.912	262.081	283.281	85%	92%	2249	2081

Fonte: DIAGRO/AP e SFA/AP

Tabela III - Datas dos últimos focos de febre aftosa e períodos sem ocorrência da doença nos Estados da Região Amazônica.

Unidade Federativa	Data da última ocorrência de FA (mês/ano)	Período sem ocorrências (anos)
Amapá	out/99	10
Roraima	jun/01	8
Maranhão	ago/01	8
Pará (área não livre)	jun/04	5
Amazonas	set/04	5

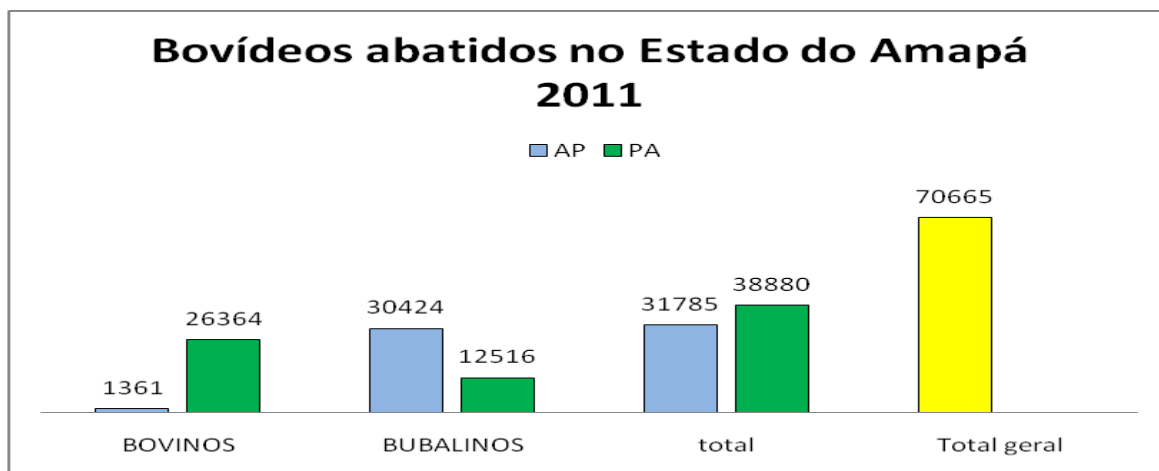
Fonte: DSA/MAPA

Tabela IV - Índices de vacinação contra febre aftosa no estado do Amapá, 2007 a 2009

Etapas de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos no Amazonas - 2007 a maio de 2009	População bovina e bubalina		
	Envolvida na etapa	Vacinada	Cobertura Vacinal %
Maio 2007	315.291	8.901	2,82
Novembro 2007	315.291	136.981	43,45
Maio 2008	313.702	27.243	8,68
Novembro 2008	313.702	200.670	63,97
Maio 2009	313.702	43.690	13,93

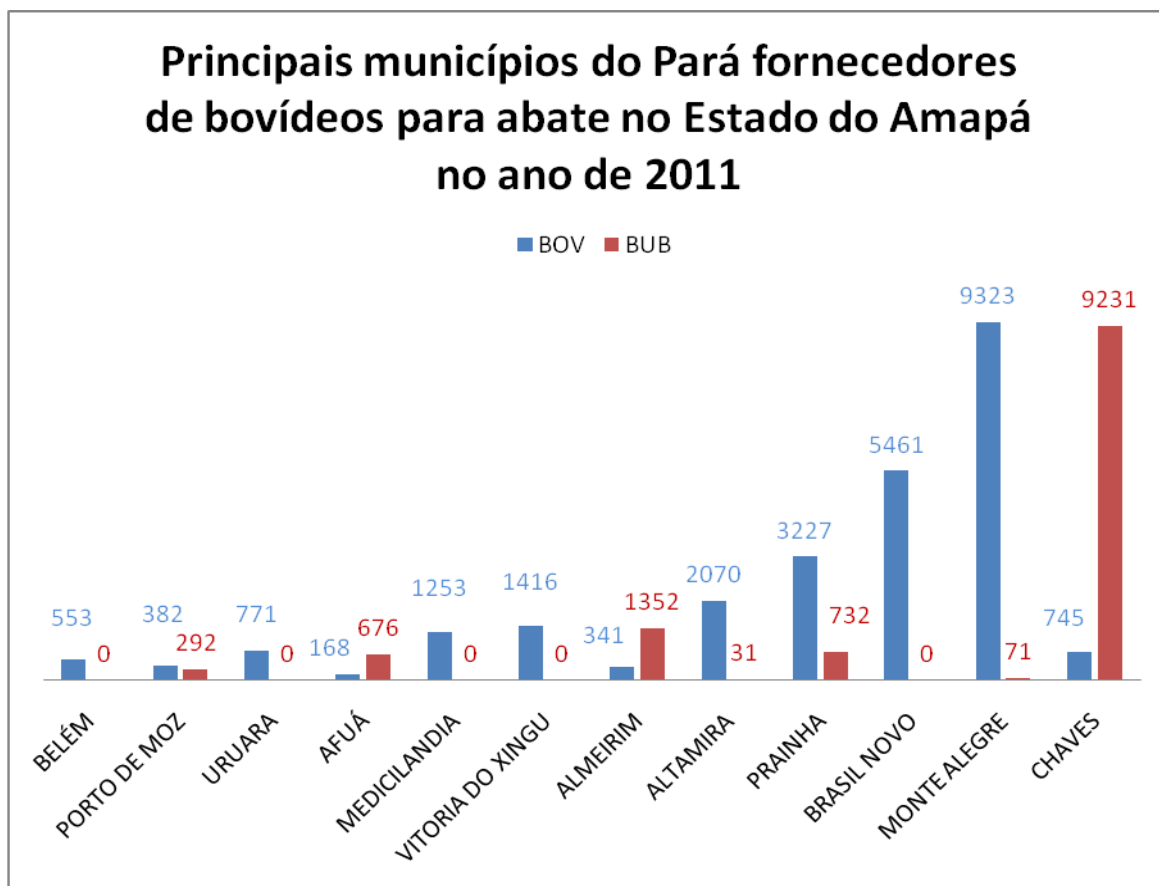
Fonte: DIAGRO_AP

Tabela V – Número de Bovídeos abatidos oriundos do Estado do Amapá e Pará



Fonte: DIAGRO/AP

Tabela VI – Municípios do Estado do Pará que fornecem Bovídeos para abate no Estado do Amapá.



Fonte: DIAGRO/AP

Foto I - Aulas do Curso de Vacinadores



Foto II - Aulas do Curso de Vacinadores



Foto III - Aulas Práticas do Curso de Vacinadores



Foto IV - Aulas Práticas do Curso de Vacinadores



PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO - 0750
SETOR DE CONTROLE DE MATERIAIS/SMP/SAD/SFA/AP



Superintendência Federal de Agricultura - SFA/AP
Serviço de Administração - SAD
Setor de Controle de Materiais

Resumo de Movimentação Anual do Almojarifado - RMAA

Unidade Gestora: 130100		Ano/Mês		201101	à	201112
CONTA	SALDO ANTERIOR	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO ATUAL
		ORÇAMENTÁRIAS	EXTRAORÇAM.			
3349030-01 - COMBUSTÍVEIS E LUB. AUTOM.	0,00	33.816,55	0,00	33.816,55		0,00
3349030-07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	5.429,96	7.033,24	0,00	12.192,95		290,25
3349030-09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-11 - MATERIAL QUÍMICO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	25.378,71	1.350,00	0,00	17.087,47		9.641,24
3349030-17 - MATERIAL DE PROC.DE DADOS	30.416,19	0,00	0,00	10.862,33		19.553,86
3349030-18 - MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-19 - MAT. ACONDIC. E EMBALAGEM	11,20	7.950,00	0,00	7.961,20		0,00
3349030-20 - MATERIAL DE CAMA E MESA	0,00	100,00	0,00	100,00		0,00
3349030-21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.592,77	1.914,00	0,00	3.199,29		307,48
3349030-22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIEN.	63,68	5.240,01	0,00	5.291,69		12,00
3349030-23 - UNIFORMES TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-24 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-25 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MOVEIS	152,00	0,00	0,00	0,00		152,00
3349030-26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	743,00	0,00	0,00	261,50		481,50
3349030-30 - MATERIAL P/ COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-34 - SOBRESSAL. DE MAQ. E MOTORES DE NAVIOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-35 - MATERIAL LABORATORIAL	299,00	0,00	0,00	0,00		299,00
3349030-36 - MATERIAL HOSPITALAR	23,67	0,00	0,00	23,67		0,00
3349030-39 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	58.295,20	0,00	0,00	3.783,40		54.511,80
3349030-42 - FERRAMENTAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
3349030-99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	122.405,38	57.423,80	0,00	94.580,05		85.249,13

Local e Data _____, ____/____/____

Responsável pelo Almojarifado _____

Identificação do Imóvel

Rip: 0605 00118.500-3

Certificado: Não

Endereço do Imóvel

Tipo de Logradouro: Rua

Logradouro: Tiradentes

Número: 469

Complemento:

Bairro: Centro

CEP: 68900-000

Município: 0605 - MACAPÁ

UF: AP - Amapá

Dados do Terreno

Conceltuação: Nacional Interior

Área Terreno (m²): 575,25

Valor m² (R\$): 85,00

Fração Ideal: 1,00000000

Memorial do Terreno:

Natureza: Urbano

Valor do Terreno (R\$): 48.896,25

Terreno situado a ua Tiradentes, 469, esquina com a Av: Coreolano Jucá, na parte central desta cidade de Macapá, com as seguintes dimensões, confrontações e área: 19,50m de frente pela Rua Tiradentes; 19,50m pela linha de fundos, com frontando com a Av: Coreolano Jucá e 29,50m pelo lado esquerdo, confrontando com terreno da União Federal; área de 515,25m quadrados.

Dados da Benefetoria do Imóvel

Área Construída (m²): 225,69

Tipo de Estrutura: Industrial e residencial médio

Fator KP: Casas e sobrados ou construções de tamanho médio

Denominação do Prédio: Prédio Sede da DFARA/AP

Memorial da Benefetoria:

Pavimentos: 2

O imóvel atualmente passou por reforma, portanto não é mais como está descrito no Cartório de Imóveis.

Dados do Imóvel

Tipo do Imóvel: Edifício / Prédio

Fator Corretivo: 1,00

Nível de Rigor: Estimativa de Valor (24 meses)

Valor do Terreno (R\$): 48.896,25

Valor Benefetorias Utilizações (R\$): 82.873,37

Valor do Imóvel (R\$): 131.769,62

Tipo de Vocação: Serviço Público

Tombo/Arquivamento:

Data Avaliação: 26/06/2003

Prazo Validade: 26/06/2005

Registro Cartorial do Imóvel

Cartório/Ofício: 04/DSPU/PM

Registro/Matrícula: 31

Livro Cartório: 02

Data Registro: 21/07/1974

Folhas Cartório: 200/201

Dados Complementares do Imóvel

Forma de Aquisição: Incorporação

Proprietário Anterior: n/t

Fundamento da Incorporação: n/t

Encargos da Aquisição: n/t

Imóvel Sub JUDGE: Não

Processo Apenso:

Processo Principal:

Latitude/Longitude:

Tipo Domínio: Domínio pleno

Proprietário Oficial

União (Adm. Pub. Fed. direta)

Observação

As alterações foram efetuadas no dia 05.12.2001

Alteramos o valor do m2 para atualizar o imóvel, com valor inferior ao mercado.

Identificação da Utilização

RIP Utilização: 0605 00001.500-7 Certificada: Não
Código UG/Gestão: 130100 / 00001 - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA - AP
Nro. Processo:

Dados do Terreno da Utilização

Área Terreno Utilizada (m²): 575,25 Valor m² (R\$): 85,00
Fração Ideal: 1,0000000 Valor do Terreno Utilizado (R\$): 48.896,25

Memorial da Utilização:

Terreno situado a ua Tiradentes, 469, esquina com a Av: Coreolano Jucá, na parte central desta cidade de Macapá, com as seguintes dimensões, confrontações e área: 19,50m de frente pela Rua Tiradentes; 19,50m pela linha de fundos, com
frontando com a Av: Coreolano Jucá e 29,50m pelo lado esquerdo, confrontando com terreno da União Federal; área de 515,25m quadrados.

Dados da Benefetoria da Utilização

Área Construída (m²): 225,69 CUB: 300,00
Conservação: Bom
Tipo de Estrutura: Industrial e residencial médio
Idade Aparente: Acima de 20 anos
Fator KP: Casas e sobrados ou construções de tamanho médio
Valor da Benefetoria (R\$): 82.873,37
Padrão de Acabamento: Normal Uso: Público/residencial
Pavimentos: 2
Denominação do Prédio: Prédio Sede da DFARA/AP
Memorial Benefetoria:

O imóvel atualmente passou por reforma, portanto não é mais como está descrito no Cartório de Imóveis.

Dados da Avaliação

Tipo de Destinação: Edifício / Prédio
Descrição da Destinação: Sede DFARA/AP
Descrição da Vocação: Próprio nacional
Fator Corretivo: 1,00 Data Avaliação: 26/06/2001
Nível de Risor: Estimativa de Valor (24 meses) Prazo Validade: 26/06/2003
Valor da Utilização (R\$): 131.769,62

Dados do Regime: Em regularização - Entrega

Data Início: 01/04/2000
Data Fim: 31/12/2001
Livro Registro GRPU: n/t
Folhas Registro GRPU: n/t
Averbação/Ratificação:
Data Averbação/Ratificação:

Observação da Utilização

As alterações foram efetuadas no dia 05.12.2001 Alteramos o estado de conservação para "Bom", o CUB para 300,00 visando atualizar o valor de mercado, aguardando a avaliação do imóvel para encaminhar à GRPU/PA, juntamente com documentos do imóvel: Registro de imóvel, planta, formar de aquisição (Decreto, legislação), Termo de Entrega. Edinamar Dias de Araújo, em 25/11/2004.

Relação de Imagens encontradas para o RIP 0605 00001.500-7

Tipo: Escritura de Compra e Venda (aquisição)
Descrição: Migração GDI

Tipo: Escritura de Compra e Venda (aquisição)
Descrição: Migração GDI

Tipo: Escritura de Compra e Venda (aquisição)
Descrição: Migração GDI

Tipo: Escritura de Compra e Venda (aquisição)
Descrição: Migração GDI

Tipo: Escritura de Compra e Venda (aquisição)
Descrição: Migração GDI

Tipo: Folha de Registro de Imóvel Descrição: Migração GDI
Tipo: Folha de Registro de Imóvel Descrição: Migração GDI
Tipo: Folha de Registro de Imóvel Descrição: Migração GDI
Tipo: Registro Geral de Imóveis Descrição: Migração GDI
Tipo: Registro Geral de Imóveis Descrição: Migração GDI
Tipo: Termo de Entrega Descrição: Migração GDI
Tipo: Termo de Entrega Descrição: Migração GDI
Tipo: Termo de Entrega Descrição: Migração GDI
Tipo: Termo de Entrega Descrição: Migração GDI
Tipo: Termo de Entrega Descrição: Migração GDI

Informações extraídas em 28/03/2012 11:05

[Imprimir](#)

Secretaria do Patrimônio da União

Quadro Demonstrativo de Bens

Unidade Gestora: 130100 - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA - SFA/AP

CÓDIGO CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2010	ENTRADAS				SAÍDAS			SALDO EM 31/12/2011
			COMPRAS		RECEB. OUTRAS UG'S	TRANSF. ENTRE CONTAS	BAIXAS	TRANSF. P/ OUTRAS UG'S	TRANSF. ENTRE CONTAS	
			ORÇAM.	EXTRA-ORÇAM.						
04	APARELHOS DE MEDICAO	10.226,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.226,18
06	APARELHOS E EQUIPAM. DE COMUNICACAO	28.329,27	388,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.718,26
08	AP/EQUIP/UTENS.MEDICO/ODONT./HOSP.	72.070,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.070,36
12	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	113.300,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.300,23
20	EMBARCACOES	63.959,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.959,00
24	EQUIPAM. PROTECAO SEG./SOC./SOBR.	1.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.930,00
30	MAQUINAS AP. E EQUIPAM. ENERGETICOS	42.334,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.334,68
33	EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	57.821,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.821,77
34	MAQUINAS APAR. E EQUIPAM. DIVERSOS	8.135,42	457,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.593,21
35	EQUIPAMENTOS PROCESSAMENTO DADOS	415.990,41	35.824,40	60.231,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512.046,61
36	MAQUINAS APAR./UTENS. DE ESCRITORIO	8.741,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.741,92
38	MAQUINAS FERRAM/UTENSILIOS OFICINA	1.350,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350,51
39	EQUIP. HIDRAULICOS E ELETRICOS	98,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,00
40	MAQUINAS TRATORES E EQUIP AGRIC ROD	24.287,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969,80	0,00	0,00	22.317,75
42	MOBILIARIO EM GERAL	114.463,70	3.993,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.457,04
48	VEICULOS DIVERSOS	589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589,00
52	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.145.377,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.145.377,15
57	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	521,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	521,00
87	MATERIAL DE USO DURADOURO	290,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,13
93	BENS MOVEIS EM PODER DE TERCEIROS	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00
	</									

Data: __/__/__

RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DESTA SFA/AP

UG	RIP UTILIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	LOCALIZ.	OBS
01	0605.00001.500-7	Imóvel situado a Rua Tiradentes 469, esquina com Coreolano Jucá, com as seguintes dimensões: Confrontação e área: 19,50 pela linha de fundos, confrontando com a Av. Coreolano Jucá e 29,50m pelo lado esquerdo, confrontando com o terreno da União Federal; área de 515,25m2 prédio com 02 pavimentos em alvenaria, piso e teto em concreto armado.	Rua Tiradentes, n.º 469 Centro.	SEDE DA SFA/AP
02		Imóvel localizado no Município de Oiapoque onde funciona o Posto de Vigilância Agropecuária desta Delegacia	-----	Proc. 05315.001195/2006-89 – que trata da regularização da área ocupada pela SFA/AP em OIAPOQUE.
03	0613.00010.500-7	Terreno urbano situado na zona residencial de alta densidade, com as seguintes confrontações: Frente: 20,00m2, com a Avenida Liberdade; Fundos: 20,00m2 Srs. Jacirane P. Perez e Sebastião S. dos Santos; Lado direito: 30,00m2 com o Sr Cláudio Baptista e lado esquerdo com a Srª Nilva Monteiro Ribeiro.	Laranjal do Jari	Entregue a SFA/AP através do Termo de entrega n.º 02, fls 008 e 009, em 12/02/2008, registrado em livro próprio da GRPU/AP.

Fonte: SMAP/SAD/SFA/AP

Macapá-AP. 26 de Março de 2012.



Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MA
Superintendência Federal de Agricultura - SFA/AP
Serviço de Administração - SAD
Setor de Controle de Materiais

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO ANO DE 2011 ORÇAMENTÁRIA / EXTRA ORÇAMENTÁRIA

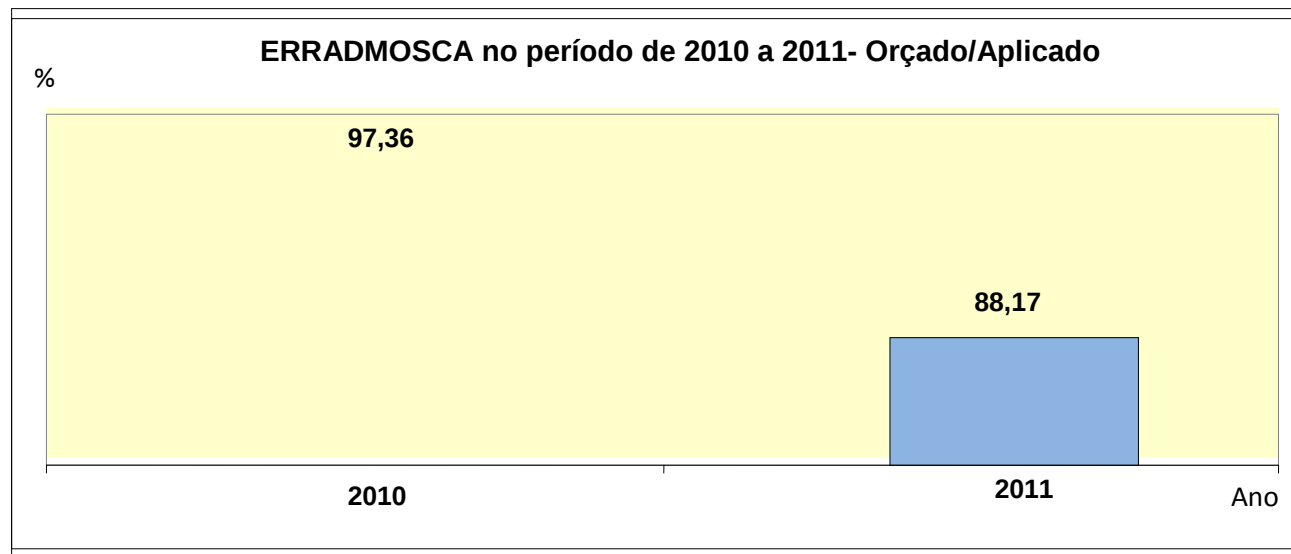
ESTOCÁVEL / NÃO ESTOCÁVEL

Conta	Jan	Fev	Mar	Abr	Ma	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Tot
01-COMBUSTÍVEIS E LUB. AUTOM.									14.416,55	9.700,00	9.700,00		33.816
07-GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO			3.315,00									3.738,24	7.053
16-MATERIAL DE EXPEDIENTE			1.350,00										1.350
19-MAT. ACONDIC. E EMBALAGEM							7.950,00						7.950
20-MATERIAL DE CAMA E MESA			100,00										100
21-MATERIAL DE COPA E COZINHA			1.914,00										1.914
22-MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIEN.			5.240,01										5.240
TOTAL			11.919,01				7.950,00		14.416,55	9.700,00	9.700,00	3.738,24	57.423

Fonte: SMAP/SAD/SFA/AP

AÇÃO 4738 – ERRADMOSCA: Dos recursos financeiros enviados em 2011, foram utilizados 88,17%, como mostra o quadro.

QUADRO VII - DESEMPENHO FINANCEIRO - 2010 A 2011.



Fonte: SIFISV-SFA-AP 2011.